

## **CORREIO BRAZILIENSE - DF**

[Museus, musicais e orquestras em perigo](#)

[Passe livre e educação](#)

[Creches e escolas na mira dos bandidos](#)

[Falhas no 1º dia de inscrição no Sisu](#)

[R\\$ 67,7 milhões para as escolas públicas](#)

[Alteração das regras do passe livre trará economia, mas também desgastes](#)

## **FOLHA DE S. PAULO - SP**

[Gestão Bolsonaro planeja estrear nomeação de reitor com 2º colocado em lista](#)

[Após hesitação, é nomeado o novo presidente do Inep, responsável pelo Enem](#)

[Justiça suspende expulsão de aluno que falou em morte de negriada nas eleições](#)

## **O ESTADO DE S. PAULO - SP**

[A avaliação do ensino superior](#)

[Federais devem ter verba própria, diz MEC](#)

## **O GLOBO - RJ**

[Site do Sisu falha no primeiro dia e impede inscrições de estudantes](#)

Imprensa Estadual

## **CORREIO BRAZILIENSE - DF**

[Site do Sisu ficou lento por conta de 350 mil acessos simultâneos, diz MEC](#)

## **ESTADO DE MINAS - MG**

[Dilema do governo de Minas hoje é pagar servidores ou fazer repasses a prefeitos](#)

## **O DIA - PI**

[Para que serve o Sisu?](#)

Agências de notícias e sites

## **AGÊNCIA BRASIL**

[Sisu divulga notas de corte de cada curso](#)

## **AGÊNCIA ESTADO**

[MEC quer que universidade federal aumente captação de recursos próprios](#)

## **BOL NOTÍCIAS**

[Sisu divulga notas de corte de cada curso; estudantes relatam instabilidade em site](#)

## **G1**

[Sisu 2019 tem notas de corte divulgadas 5 vezes ao dia, contrariando regras iniciais do MEC](#)

[Estudo da UFMG vai avaliar impacto do jejum em mulheres durante rotina diária](#)

[Governo determina volta de professores que estavam cedidos a outros órgãos para salas de aula](#)

[Governo de Minas diz que, apesar da crise, ano letivo começa dia 7 de fevereiro](#)

[Prefeitura de Divinópolis decide acatar adiamento da volta às aulas proposto pela AMM em protesto contra atraso de verbas estaduais](#)

## **PORTAL EXAME**

[Notas de corte do Sisu serão divulgadas em quatro horários](#)

## **R7**

[Notas de corte do Sisu serão divulgadas em quatro horários](#)

## **TERRA**

[MEC quer que universidade federal aumente captação de recursos próprios](#)

## **UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS**

[Conheça opções de cursos grátis a distância em universidades renomadas](#)

[Notas de corte do Sisu serão divulgadas em quatro horários](#)

[Sisu divulga notas de corte de cada curso; estudantes relatam instabilidade](#)

## **JORNAL DIA A DIA**

[Pesquisa da UFSCar analisa política externa dos Estados Unidos no período pós-Guerra Fria](#)

## **NA MÍDIA NEWS**

[Abertas inscrições para cursos de mestrado e doutorado](#)

## **OCP NEWS**

[Condições morais, políticas e éticas](#)

## **O FLUMINENSE - RJ**

[Seja um especialista](#)

## **G1**

[Fies e P-Fies: Unifor solicita vagas em 34 cursos para 2019.1](#)

[Com site instável, Sisu 2018 mostra notas de corte parciais antes do prazo definido pelo MEC](#)

## **UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS**

[Enem 2018: Mulheres são 76% das notas 1000 na redação](#)

[Nomeação do novo presidente do Inep é publicada no Diário Oficial](#)

## **ENFOQUE POPULAR -SC**

[Vocação turística na Academia](#)

## **FOLHA DA CIDADE**

[Inscrições abertas para Pós em Educação Escolar, em Araraquara](#)

Agências de notícias e sites

## **AGÊNCIA GLOBO**

[Sisu abre nesta terça-feira, com 235 mil vagas em 129 instituições](#)

## **CORREIO DO ESTADO - MS**

[Economista é indicado para assumir diretoria](#)

## **G1**

[Site do Sisu 2019 apresenta lentidão; veja memes sobre problemas na inscrição](#)

[Unifap oferta 580 vagas para especializações à distância em educação, saúde e igualdade racial](#)

## **JORNAL DO COMÉRCIO - RS**

[Economista é indicado para assumir diretoria](#)

## **METRÓPOLES**

[Instituto Nacional de Educação de Surdos abre seleção para 220 tutores](#)

## **PORTAL ISTOÉ**

[Sisu abre inscrições para mais de 235 mil vagas](#)

[Sisu 2019: cronograma, inscrições e tudo o que é preciso saber](#)

## **PORTAL VEJA**

[Sisu abre inscrições para 235 mil vagas nesta terça-feira](#)

## **R7**

[Sisu 2019 abre inscrições nesta terça-feira \(22\)](#)

## **CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO**

**Museus, musicais e orquestras em perigo**

ARNALDO NISKIER

Membro da Academia Brasileira de Letras, e presidente do Ciee-RJ

Muito tem se falado sobre a Lei Rouanet, o mecanismo de incentivo ao setor cultural. Assinada em 1991, quando o acadêmico Sérgio Paulo Rouanet era o secretário de Cultura do governo Collor, na verdade trata-se de uma evolução da Lei Sarney, de 1986,

criada no período em que o saudoso Celso Furtado era ministro da Cultura do governo Sarney, para permitir o abatimento do Imposto de Renda em doações, patrocínios e investimentos em cultura. Por desconhecimento dos objetivos da legislação, alguns especialistas defendem até a sua extinção.

O motivo para tamanha aversão é a acusação de que grandes empresas detêm o monopólio dos patrocínios. Criticam também o uso da lei por artistas renomados, que poderiam realizar seus espetáculos sem necessidade de ajuda, uma vez que as bilheteiras cobririam todos os custos. Nesse ponto, há um desconhecimento geral do que representa a economia cultural, que é medida pelo impacto das atividades culturais (geração de empregos, circulação do capital gerado, faturamento das empresas envolvidas e pagamentos de impostos diversos). Mas o principal benefício da lei é que ela permite que a população em geral tenha acesso, de forma gratuita, a um grande número de shows, exposições e espetáculos em geral, nos museus, teatros e em diversas outras instituições culturais, localizadas em todo o Brasil.

Observem que sem o apoio da Lei Rouanet, importantes eventos culturais serão descontinuados, com graves consequências para a política cultural do país. Orquestras filarmônicas, como as de São Paulo e Minas Gerais, não teriam como realizar seus espetáculos. Existe uma preocupação grande com a produção de musicais, responsável por geração de muitos empregos, que não teria como sobreviver sem o benefício do patrocínio. Espetáculos envolvendo teatro, circo, dança e escolas de samba não teriam condições de serem produzidos. O Museu de Arte de São Paulo (Masp) teria que paralisar suas exposições. Por falar nisso, o Museu de Arte Moderna do Rio vai vender a principal obra do seu acervo para fazer face às despesas de instituição por algum período, o que é lamentável.

Apesar das reclamações generalizadas, pesquisa feita com muita precisão revelou que 70% dos projetos que receberam aporte da lei são os de pequeno porte, ou seja, de até R\$ 500 mil. O mesmo estudo mostra que o setor cultural representa apenas 0,68% do total das renúncias fiscais do país, o que corresponde a valores de R\$ 1,9 bilhão. Vejamos uma comparação com o setor que engloba comércio e serviço, por exemplo: para este segmento são destinados 27,63%, o equivalente a R\$ 79,4 bilhões. Observando os valores dos dois setores analisados, dá para se ter uma ideia de que o uso da Lei Rouanet não é assim tão exagerado, como tem sido denunciado. A própria Fundação Getúlio Vargas realizou estudo comprovando que o recolhimento dos impostos dos projetos incentivados superam os valores que são captados por meio da lei.

Concordamos que a lei precisa ser melhorada, para que todos os setores culturais sejam alcançados pelo benefício e consigam captar recursos. A demora para que as empresas prestem conta da utilização dos recursos e a falta de fiscalização por parte dos órgãos ligados ao Ministério da Cultura são fatos que merecem ser estudados. Outra questão que merece a atenção das autoridades é a concentração de projetos no chamado eixo Rio-São Paulo: todo o país merece ser atendido pelos investimentos culturais. Não concordamos com a demonização da lei e tampouco desejamos que ela seja extinta. O Brasil precisa de cultura.

topo ↕

**CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO**

**Passaporte livre e educação**



## PAULO CESAR MARQUES DA SILVA

Professor do Departamento de Engenharia Civil e Ambiental da Universidade de Brasília (UnB), Doutor em Estudos de Transportes pela University College London (Inglaterra)

A Lei nº 4.462, de 13 de janeiro de 2010, que instituiu o passe livre estudantil no Distrito Federal, tem lá suas limitações, mas sempre foi considerada um importante instrumento de política educacional. É, certamente, um dos dispositivos mais avançados do Brasil em termos de conceito e mesmo de operacionalização. Como tudo na vida, contudo, a lei merece sempre ser aperfeiçoada, e não faltam propostas para tanto.

Um aspecto que sempre vem à tona nos debates sérios entre as pessoas que atuam nas áreas de mobilidade ou de educação — ou em ambas, como no meu caso — diz respeito à natureza desse tipo de política, em suas múltiplas dimensões. Uma primeira dimensão, cujo exame pode ser esboçado aqui neste curto espaço, diz respeito a ser uma política universal ou focada. Como está na lei, o Passe Livre pretende ser universal, uma vez que abrange “estudantes do ensino superior, médio e fundamental da área urbana, inclusive alunos de cursos técnicos e profissionalizantes (...) e alunos de faculdades teológicas ou de instituições equivalentes, os quais residam ou trabalhem a mais de um quilômetro do estabelecimento em que estejam matriculados” (Art. 1º, caput), estendendo-se ainda “aos estudantes que estejam realizando estágio obrigatório, computando-se o trajeto residência/escola/estágio/residência para esse fim [e] aos estudantes da área rural atendidos na forma da legislação e regulamentos específicos” (§ 5º. do mesmo artigo).

Uma segunda dimensão poderia identificar o quanto a política entende a educação de forma global. Aqui, eu lamento reconhecer que a lei é muito limitante, praticamente reduzindo a formação do educando a frequentar a sala de aula. Isso se reflete, por exemplo, no § 2º. do mesmo art. 1º, quando estabelece que “a gratuidade referida neste artigo se estenderá a qualquer horário e qualquer itinerário, dentro do limite comprovado pelo estudante, sem aumento na quantidade de passes”, limitando o benefício “a 54 (cinquenta e quatro) viagens por mês e por estudante, durante o período letivo”

(art. 4º). Estudantes, docentes e gestores da UnB bem sabem quão difícil é assegurar o Passe Livre para cursar disciplinas no semestre de verão ou participar de pesquisas e projetos de extensão fora dos períodos de aula. Isso para não falar que frequentar museus, bibliotecas, teatros etc. também faz parte da formação do educando, independentemente de esses estabelecimentos estarem ou não localizados no caminho da escola.

Esse acúmulo de reflexões não é recente. Vem de um tempo muito anterior à própria lei e subsidiou boa parte dos debates que se travaram por ocasião de sua publicação há oito anos. Por isso mesmo é de se lamentar que o tema tenha passado tão longe dos discursos ouvidos na última campanha eleitoral. Ainda que condicionado pelas dinâmicas próprias das disputas por votos, o confronto de propostas teria sido certamente bastante elucidativo sobre tópicos fundamentais de nossas vidas, tais como o financiamento dos serviços de transporte e o direito à cidade.

Se as candidaturas não pautaram tais temas e acabamos perdendo a oportunidade do debate durante a campanha, seria legítimo esperar que ele se travasse a partir do início

do ano legislativo, revisitando as bases conceituais da política do Passe Livre Estudantil e estudando seus impactos à luz dos objetivos de inclusão social e universalização do acesso à educação.

Por isso causa profunda estranheza que o governador Ibaneis Rocha apresente de forma tão abrupta a intenção de restringir o direito, ainda que sob o argumento da economicidade. Não se conhecem os dados que poderiam justificar a proposta. Por exemplo, qual é o perfil socioeconômico do estudante que usa o Passe Livre? Em quanto seria reduzido o custo do sistema caso os estudantes de alta renda sejam dele excluídos? Quanto custaria avaliar (e fiscalizar) a condição socioeconômica dos candidatos ao Passe Livre?

Prezado governador, acho que tenho uma ideia melhor. Por que, em lugar de prosseguir por esse caminho, o senhor não propõe um estudo sistêmico sobre os benefícios que o Passe Livre proporciona à educação? Oito anos de vigência da Lei nº 4.462 já produziram um ótimo material de trabalho, que permite construir cenários os mais diversos. Inclusive ampliando o alcance da lei. Tenho certeza de que uma chamada assim despertaria tanto interesse no meio acadêmico que a pesquisa custaria muito pouco ao GDF. E o resultado, robusto, orientaria as políticas educacionais e de mobilidade, não só durante seu governo, mas por muitos anos além dele. Pense nisso, governador.

topo ↕

## **CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL**

### **Creches e escolas na mira dos bandidos**

### **Apesar do reforço do policiamento, onda de violência no Ceará não tem fim.**

### **População vive apreensiva à espera do próximo ataque**

### **SEGURANÇA PÚBLICA**

Na escalada de terror que atinge o Ceará, creches e escolas entraram na lista de alvos dos bandidos. Ontem, seis homens incendiaram uma escola na cidade de Quixadá, durante a madrugada. Eles invadiram o prédio, renderam o vigia e atearam fogo a duas salas de aula e à cantina. Entre os danos estão carteiras, geladeira, fogão, mesas, liquidificador e armário. Essa é a terceira investida dos criminosos contra escolas e creches. A persistência dos ataques, apesar do reforço do policiamento em Fortaleza e outras cidades do estado, deixa a população amedrontada.

“Vivemos e trabalhamos com medo de ataques surpresa. Ficamos apreensivos sobre qual será o próximo ônibus, prédio ou veículo incendiado. Apesar de ter aumentado o policiamento nas ruas, a sensação é de insegurança. Moro aqui há 34 anos e nunca vi nada parecido”, disse o farmacêutico Raimundo Nonato Feijó, 36, que trabalha no bairro Caucaia, na capital, onde uma creche foi incendiada na noite de segunda-feira. As chamas atingiram uma sala de aula, destruindo o mobiliário e parte do material de ensino das crianças.

Entre domingo e segunda-feira, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Geralda Bonifácio Rodrigues, em Saquim, e a Escola Liceu José Maria Monteiro, no distrito de Almofala, foram incendiadas em Itarema, no litoral oeste do estado. Na primeira, o estrago foi debelado por intervenção dos moradores. Já na segunda, carteiras e materiais escolares foram destruídos. Ontem, na Vila Pery, criminosos ainda detonaram uma bomba em uma subestação da Enel, distribuidora de energia do Ceará, mas não houve

danos estruturais.

Em mais de 20 dias da onda de violência, 48 cidades sofreram mais de 220 ataques a ônibus e prédios públicos. De acordo com a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Ceará, 412 suspeitos foram presos e apreendidos por envolvimento nos atos criminosos. Segundo a pasta, o policiamento ostensivo permanece reforçado. Até o fechamento desta edição, 39 chefes de facções criminosas foram transferidos para presídios federais.

A sucessão de ataques é atribuída a grupos como o Comando Vermelho (CV) e os Guardiões do Estado (GDE), e seria motivada pelo anúncio do secretário de Administração Penitenciária, Luís Mauro Albuquerque, de endurecimento das regras no sistema prisional do estado, como a retirada de tomadas das prisões.

Na semana passada, em reunião em Brasília, o governador do Ceará, Camilo Santana (PT), pediu ajuda ao ministro da Justiça, Sérgio Moro, para reforçar o número de agentes penitenciários do estado. Mais de 400 homens e mulheres da Força Nacional estão no território. O Ministério da Justiça também confirmou o envio de um reforço de 355 agentes da Polícia Rodoviária Federal.

topo ↕

## **CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL**

### **Falhas no 1º dia de inscrição no Sisu EDUCAÇÃO**

A instabilidade do site e a lentidão da plataforma marcaram o primeiro dia de inscrições no Sistema de Seleção Unificada (Sisu). Estudantes que buscaram se candidatar a uma das 235,5 mil vagas em instituições públicas de ensino superior precisaram ter paciência e insistir para ter as informações gravadas pelo sistema e ter o cadastro validado. Mesmo com os problemas, mais de 309 mil cadastros foram realizados, segundo boletim parcial do Ministério da Educação (MEC). O processo continua até sexta-feira e a divulgação da lista de aprovados na chamada regular será na próxima segunda-feira.

As falhas foram a tônica ao longo do dia. Em alguns momentos, o site sequer carregava. O MEC confirmou que “registrou uma lentidão na manhã deste primeiro dia de inscrições devido ao grande número de acessos”, mas que o “sistema está em processo de normalização”. A pasta prometeu que, hoje, o site estará estabilizado.

O diretor executivo da ONG Educafro, a Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes, frei David Santos, acompanhou alunos de plantão. “O fluxo de acesso ao site do Sisu está impossibilitando que as pessoas façam inscrição. Se o MEC não resolver o problema, as pessoas serão prejudicadas, principalmente as mais pobres, que têm internet de baixa velocidade”, reclamou. Os que conseguirem uma vaga devem se matricular na instituição entre 30 de janeiro e 4 de fevereiro.

Cada participante pode se aplicar para uma ou duas vagas, por isso o número de inscrições é maior do que a de candidatos. “Isso representou uma média de duas mil inscrições por minuto, conforme balanço divulgado pela equipe de monitoramento. Na ocasião, cerca de 40 mil candidatos estavam acessando o sistema e cada um deles pode se inscrever em dois cursos”, explicou a pasta, em nota.



Só podem concorrer a uma das vagas oferecidas estudantes que participaram dos dois dias do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2018 e não tiraram nota zero em redação.

O Sisu é atualizado em tempo real. Assim, é importante que o candidato mantenha o monitoramento de sua posição, que pode mudar ao longo dos dias.

topo ↕

## **CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES**

### **R\$ 67,7 milhões para as escolas públicas**

#### **EDUCAÇÃO**

"Alguns diretores de escolas entraram em contato, desesperados, porque haviam contraído dívidas do último exercício e precisavam iniciar a compra de materiais pedagógicos deste ano letivo, que começa em 11 de fevereiro"

Rafael Parente, secretário de Educação

A Secretaria de Educação deve transferir, neste semestre, R\$ 67,7 milhões para os 693 centros de ensino da rede pública pelo Programa de Descentralização Administrativa e Financeira (PDAF), criado para aumentar a autonomia das diretorias das unidades. Uma fatia do montante, equivalente a R\$ 5,6 milhões, refere-se à dívida do governo antecessor, que não realizou os repasses da segunda parcela do programa de 2018 para 220 escolas, apesar do recebimento da documentação exigida pela legislação, segundo o alto escalão do governador Ibaneis Rocha (MDB) — o pagamento desse débito começou ontem e deve ser finalizado na sexta-feira.

De acordo com a Secretaria, o governo de Rodrigo Rollemberg (PSB) descumpriu a lei do programa, que veda "o contingenciamento ou bloqueio dos recursos consignados para o PDAF" na Lei Orçamentária Anual (LOA). Titular da pasta, Rafael Parente afirmou que havia recebido a garantia do antecessor de que a situação estaria regularizada ao fim da transição, o que não aconteceu. "Alguns diretores de escolas entraram em contato, desesperados, porque haviam contraído dívidas do último exercício e precisavam iniciar a compra de materiais pedagógicos deste ano letivo, que começa em 11 de fevereiro", contou. O Correio tentou contato com o ex-secretário de Educação Júlio Gregório e o ex-secretário de Fazenda, Wilson de Paula, mas não obteve retorno.

Ao todo, apenas 211 colégios que entregaram a documentação até 31 de outubro de 2018 receberam os recursos. Outras 267 unidades da rede pública não embolsaram os valores, porque não disponibilizaram as informações ao governo no prazo. Para esses casos, a Secretaria de Educação estuda uma fórmula específica a fim de não comprometer o serviço prestado à comunidade. "Ao lado da Secretaria de Fazenda, analisamos a possibilidade de criar uma terceira parcela do PDAF para contemplá-las, mas os recursos que seriam destinados ainda não estão consolidados", completou Parente.

Os recursos do Programa de Descentralização podem ser usados de diversas maneiras, como na compra de materiais de consumo ou permanentes, contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva e no pagamento de despesas com água, esgoto, energia elétrica, telefonia fixa, banda larga e gás.

## Repasses

A parte remanescente da cifra, que totaliza R\$ 62,1 milhões, é relativa ao pagamento da primeira parcela de 2019 do PDAF. De acordo com o governo, isso representaria a maior fatia paga desde a criação do programa, em 2017 — no último ano, o primeiro repasse ordinário totalizou R\$ 61.035.013,52.

O governo espera publicar, até o fim da semana, a portaria que define os critérios para a distribuição dos recursos entre as escolas. Após essa etapa, as unidades de ensino precisam entregar a documentação exigida por lei e realizar a requisição dos valores, via Sistema Eletrônico de Informações (SEI). À medida que a Secretaria de Educação receber os processos, os pagamentos serão efetuados pela Subsecretaria de Administração Geral (Suag). Os repasses começarão antes do início do ano letivo.

De acordo com a lei do PDAF, a verba deve ser repassada aos colégios até o 20º dia após a publicação da programação orçamentária e financeira do exercício. Neste ano, a sanção ocorreu em 9 de janeiro. As escolas de educação básica recebem valores maiores do que as escolas técnicas devido ao quantitativo de alunos frequentes, bem como materiais necessários.

topo ↕

## **CORREIO BRAZILIENSE - DF - EIXO CAPITAL**

### **Alteração das regras do passe livre trará economia, mas também desgastes**

As mudanças no sistema de passe livre do transporte público, em análise no GDF, trariam economia aos cofres públicos e colocariam as regras do DF em sintonia com as vigentes em grandes cidades, como Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Salvador. Mas, em um momento de cabo de guerra com a Câmara Legislativa, o governo não pretende propor as alterações agora, para não acirrar os ânimos com os distritais, nem suscitar a ira dos estudantes. O DF gastou R\$ 290 milhões no ano passado para garantir passagem grátis a todos os matriculados em instituições de ensino, públicas ou privadas. Na maioria das grandes cidades, as prefeituras concedem desconto de 50% na tarifa de estudantes ou asseguram catraca liberada apenas para alunos da rede pública ou bolsistas.

### **Câmara Legislativa aumentou despesas**

O passe livre estudantil representou, em 2018, quase metade das gratuidades no transporte, que chegaram a R\$ 600 milhões. Na Câmara Legislativa, em vez de debater uma eventual restrição das benesses, os deputados distritais ampliaram as possibilidades de concessão do passe livre. Na última década, os parlamentares apresentaram 19 projetos para garantir o benefício a novas categorias e várias iniciativas foram aprovadas. Na última legislatura, a Câmara liberou passagem grátis em linhas rurais, a estudantes de cursinhos preparatórios e a maiores de 60 anos — antes, idosos só andavam de graça a partir dos 65 anos. Nenhuma das iniciativas trouxe estudos para mostrar o impacto das gratuidades nos cofres públicos.

### **Modelo do DF é exceção no país**

No Rio de Janeiro, só estudantes da rede pública matriculados no ensino fundamental e médio têm passagem grátis. Para alunos universitários, a gratuidade só vale para bolsistas do ProUni, alunos cotistas ou aqueles com renda familiar per capita de até um salário mínimo. Em São Paulo, estudantes do ensino fundamental e médio da rede pública têm direito à gratuidade automática. Os da rede privada contam apenas com a cota de meia tarifa. No ensino superior privado, só beneficiários de programas como



ProUni e Fies não pagam passagem na capital paulista. Em Salvador e em Fortaleza, não há passe livre para estudantes. Quem estiver matriculado em instituições públicas ou privadas de ensino tem direito a desconto de 50% nas passagens. Em Recife, o passe livre vale apenas para os matriculados na rede de ensino estadual e para cotistas da Universidade de Pernambuco.

Quase uma década de catraca liberada

O DF tem catraca livre para estudante desde 2010, graças a uma lei do então governador José Roberto Arruda. Inicialmente, a proposta previa a inclusão de limitadores sociais, para que o passe livre valesse apenas para alunos carentes. Mas a CLDF aprovou um substitutivo ampliando a benesse a todos, independentemente da renda.

topo ↕

## **FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO**

**Gestão Bolsonaro planeja estrear nomeação de reitor com 2º colocado em lista  
Informação consta de minuta de decreto; 1º lugar em federal mineira foi do PT e do PSOL**

São Paulo

Em sua primeira nomeação de reitor para uma universidade federal, o governo Jair Bolsonaro (PSL) planeja escolher para o cargo o professor que ficou em segundo lugar na lista tríplice da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM).

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/01/gestao-bolsonaro-planeja-estrear-nomeacao-de-reitor-com-2o-colocado-em-lista.shtml>

topo ↕

## **FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO**

**Após hesitação, é nomeado o novo presidente do Inep, responsável pelo Enem  
Engenheiro foi indicação de grupo ligado a militares e participou de discussões na etapa de transição**

Brasília

O engenheiro e ex-consultor organizacional Marcus Vinícius Carvalho Rodrigues, 63, foi nomeado nesta terça-feira (22) para o cargo de presidente do Inep, instituto do Ministério da Educação responsável pela realização do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) e pela avaliação do ensino no país.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/01/apos-hesitacao-e-nomeado-o-novo-presidente-do-inep-responsavel-pelo-enem.shtml>

topo ↕

## **FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO**

**Justiça suspende expulsão de aluno que falou em morte de negriada nas eleições  
Estudante expulso do Mackenzie conseguiu liminar para fazer matrícula em 2019**

São Paulo

Uma decisão da Justiça Federal em São Paulo suspendeu a expulsão do estudante Pedro Bellitani Baleotti, 25, da Universidade Presbiteriana Mackenzie. O aluno do curso de direito havia sido desligado da instituição em dezembro após o parecer de uma comissão sindicante. O grupo considerou ofensivo e inaceitável o conteúdo de dois

vídeos gravados por Baleotti em outubro de 2018.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/01/justica-anula-expulsao-de-aluno-que-falou-em-morte-de-negriada-nas-eleicoes.shtml>

topo ↕

## **O ESTADO DE S. PAULO - SP - NOTAS E INFORMAÇÕES**

### **A avaliação do ensino superior**

Na mesma semana em que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) divulgou o Índice Geral de Cursos (IGC) de 2017, um indicador da qualidade das universidades, faculdades e centros universitários, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) apresentou um estudo – elaborado a pedido do Ministério da Educação (MEC) – no qual questiona um dos pilares do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

Trata-se do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), que é aplicado aos formandos dos cursos de graduação. Esses cursos são avaliados a cada três anos. Segundo a avaliação divulgada pelo Inep, das 2.066 instituições de ensino superior avaliadas em 2017, apenas 35 – o equivalente a 1,6% do total – obtiveram a nota máxima, numa escala de 1 a 5. E 278 instituições receberam notas 1 e 2, ficando abaixo do limite de qualidade estabelecido pelo Sinaes.

As áreas dos cursos de bacharelado, licenciatura e tecnologia avaliadas pelo Enade, no ano passado, foram letras, matemática, química, física, ciências sociais, geografia, história, arquitetura, urbanismo, pedagogia, educação física, ciências da computação, ciências biológicas, sistemas de informação e as engenharias. Nessas áreas também estão incluídos cursos de licenciatura de desenvolvimento de sistemas, gestão de produção industrial e tecnologia de informação. Comparada com a última avaliação de todas essas áreas, feita em 2014, a porcentagem de cursos classificados como insuficientes caiu, o que é uma boa notícia.

A notícia ruim foram as críticas ao Enade feitas pela OCDE. Segundo a entidade, as provas do Enade têm falhas gritantes em sua concepção, cobrando habilidades excessivamente genéricas dos estudantes. Além disso, são caras, tendo custado R\$ 118 milhões em 2017. O estudo da OCDE revela ainda que, por causa das falhas na elaboração dos quesitos cobrados dos estudantes, os resultados das provas não podem ser comparados com as edições anteriores do Enade. Assim, em decorrência desse problema, é impossível saber se o nível de qualidade de um curso de graduação melhorou ou caiu ao longo dos anos. “Atualmente, os resultados do Enade são usados como base para decisões regulatórias

mas não são usados pelas instituições de ensino e por professores para identificar o que precisam para melhorar em termos de qualidade de seus cursos”, conclui o relatório.

Com base nesse diagnóstico, a OCDE propôs ao MEC uma “profunda reflexão” sobre a continuidade ou não do Enade. E também sugeriu a criação de fontes de informação novas e mais confiáveis, que ajudem os docentes e suas instituições a aperfeiçoarem seus respectivos cursos. Apesar de ter contratado o estudo, o MEC não se posicionou oficialmente sobre suas conclusões. Mas, nos meios universitários, vários especialistas não apenas consideraram procedentes as críticas e as sugestões da OCDE, como

também chamaram a atenção para a necessidade de acabar com um conflito de interesses, pois ao mesmo tempo que o MEC mantém uma rede de universidades federais, ele também regula o setor privado e avalia sua qualidade. “O que se precisa não é de mais burocracia, mas de uma instância normativa e de regulação efetivamente autônoma, que transforme o sistema de avaliação num processo mais leve, que dê autonomia às instituições mais bem avaliadas, que informe melhor aos estudantes sobre o que está ocorrendo e indique os melhores caminhos”, afirma Simon Schwartzman, membro da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior e integrante, no passado, da Comissão de Reforma da Universidade.

Em vez de perder tempo e se desgastar politicamente com estéreis discussões sobre orientações políticas e ideológicas dos currículos, o governo deveria enfrentar o desafio apontado por Schwartzman, se quiser, efetivamente, melhorar a qualidade do ensino superior.

topo ↕

## **O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE**

### **Federais devem ter verba própria, diz MEC**

**Educação. Governo estuda alterar forma de manutenção financeira das instituições para investir mais verba na educação básica. Hoje, federais podem arrecadar dinheiro por meio de parcerias e aluguéis, por exemplo, mas teto de gastos dificulta utilização**

Com a promessa de aumentar recursos para a educação básica, a equipe do Ministério da Educação (MEC) quer mudar a forma de manutenção financeira das universidades e institutos federais. Entre as propostas mais avançadas estão aquelas que buscam incentivar a busca de fontes alternativas de financiamento, como a possibilidade de uso integral dos recursos próprios – arrecadados por meio de parcerias com prefeituras, governos estaduais e empresas privadas – e a criação de fundos patrimoniais.

O objetivo é incentivar a arrecadação própria para reduzir o papel dos recursos da União na manutenção e investimento nas universidades. Fontes do ministério dizem que, mostrar o potencial de arrecadação própria e dar mais autonomia para o uso desse recurso, seria um caminho para convencer os reitores e a comunidade acadêmica sobre a cobrança de mensalidades. Durante a eleição, a equipe de Bolsonaro já defendia a cobrança de mensalidade nas universidades federais para alunos de maior renda – uma das bases para a proposta é um documento feito em 2017 pelo Banco Mundial que sugeriu ao Brasil acabar com a gratuidade do ensino superior.

A proposta de mudar a regra para uso de recursos próprios já era estudada pela gestão anterior do MEC e foi recebida com entusiasmo pela nova equipe. As alterações têm de passar pelo Congresso e já haveria disposição de parlamentares. No fim de 2018, o Centro de Estudos e Debates Estratégicos da Câmara finalizou relatório em que propõe uma nova emenda constitucional para liberar os recursos arrecadados pelas universidades.

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) enxerga como positiva a mudança do uso da arrecadação própria, mas teme que a alteração possa resultar em um novo enxugamento de recursos da União para as universidades. Levantamento da Andifes mostra que o orçamento para custeio e investimento caiu de R\$ 9,9 bilhões em 2014 para R\$ 7,7 bilhões no ano passado.



Até 2015, as universidades contornavam a redução de recursos da União com a captação de recursos próprios, como cobrança de aluguel por uso de seus espaços, prestação de serviços, contratos de pesquisa e taxa de matrículas (para cursos de extensão). Com o teto de gastos federais, porém, qualquer “excesso” de arrecadação deve ser usado para abater a dívida pública, ou seja, a instituição de ensino não pode ficar com o recurso.

UnB. Segundo acompanhamento da Andifes, a Universidade de Brasília (Unb) foi a que teve o maior valor de arrecadação própria bloqueado. A reitora Márcia Moura conta que a instituição tinha R\$ 98 milhões poupados nos últimos dez anos com recursos próprios, a maior parte de aluguel de imóveis.

A verba era poupada para que a universidade construísse um prédio e investisse em infraestrutura (troca de computadores, renovação dos livros da biblioteca, etc). No entanto, o recurso foi congelado e só parte dele – R\$ 65 milhões –, liberado em 2018. E a União descontou o mesmo valor que iria repassar. Ou seja, o dinheiro da arrecadação própria teve de ser usado para o pagamento de servidores.

O mesmo aconteceu com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), que teve bloqueados R\$ 81 milhões de captação própria por meio de pesquisa. No fim de 2018, R\$ 65 milhões foram liberados. “Mas a União subtraiu o mesmo valor, que tinha sido liberado, do repasse para a folha de pagamento de pessoal, ativo e inativo. Ou seja, o recurso que a gente captou e que tínhamos planejado uma outra destinação, foi obrigatoriamente para pagar os servidores e aposentados”, explica Ricardo Marcelo Fonseca, reitor da instituição.

Relatório elaborado pela Câmara propõe uma nova emenda à constituição para excluir as despesas de instituições federais de ensino, que sejam financiadas por receitas próprias, da base de cálculo e dos limites individualizados para as despesas primárias do governo federal. Ou seja, excluir o recurso próprio do entrave fiscal imposto pelo teto de gastos.

topo 

## **O GLOBO - RJ - SOCIEDADE**

### **Site do Sisu falha no primeiro dia e impede inscrições de estudantes**

O já tenso momento de escolher uma vaga na universidade ficou ainda pior ontem, por conta de uma falha no site do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), onde os candidatos que fizeram o Enem 2018 escolheriam as vagas a que gostariam de concorrer, em instituições públicas de ensino superior.

As inscrições no Sisu foram abertas ontem, mas, desde a manhã, o site não funcionou como esperado. Candidatos de diversos lugares do país foram às redes sociais para reclamar.

"Na hora de selecionar o curso/instituição, você escreve e nada acontece. É só comigo?", perguntou um candidato de Salvador num grupo de estudantes no Facebook. "Aqui tá assim também", respondeu uma estudante de Capão Bonito (SP). "Aqui o site não tá nem abrindo", comentou outra. Dezenas de comentários semelhantes foram postados.

Alguns alunos afirmam ter conseguido acessar o sistema durante a madrugada, quando o volume de tráfego é menor. Segundo o Ministério da Educação, responsável pelo

Sisu, a lentidão é causada pelo "grande número de acessos": "O Sisu registrou uma lentidão na manhã desse primeiro dia de inscrições devido ao grande número de acessos.

O sistema está em processo de normalização até o final do dia. Já foram realizadas 441.157 inscrições, até 12h. O prazo final para as inscrições vai até as 23h59m da sexta-feira, 25, no horário oficial de Brasília", escreveu o MEC, em nota oficial.

topo ↕

## **CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL**

**Site do Sisu ficou lento por conta de 350 mil acessos simultâneos, diz MEC**

**Até o momento, está mantido que o prazo final para as inscrições vai até as 23h59 da sexta-feira (25), pelo horário Brasília**

Quem tentou entrar no site do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) nesta terça-feira (22), primeiro dia de inscrições, enfrentou dificuldades. Em alguns momentos, o site nem sequer carregava.

O Ministério da Educação reconheceu o problema e afirmou que o Sisu "registrou uma lentidão na manhã desse primeiro dia de inscrições devido ao grande número de acessos", mas que o "sistema está em processo de normalização até o final do dia".

Pela noite, o MEC informou por meio de nota que O Ministério da Educação adotou todas as medidas para resolver a lentidão no sistema e que a recomendação da área técnica do MEC é que o estudante com dificuldade de acesso atualize a página de inscrição antes de preencher os dados. "A instabilidade foi causada por um grande volume de acessos espontâneos na rede do MEC. O sistema, que nas edições anteriores, recebia de 25 a 30 mil acessos simultâneos, registrou hoje picos de até 350 mil acessos simultâneos", diz a nota.

Até o momento, está mantido que o prazo final para as inscrições vai até as 23h59 da sexta-feira (25), pelo horário Brasília.

Uma novidade testada nesta edição do Sisu foi a divulgação da nota de corte para todos os cursos em quatro momentos (7h, 12h, 17h30 e 20h). No sistema anterior, a divulgação dos resultados se limitava a um horário (meia-noite), a partir do segundo dia de inscrição.

A divulgação em quatro horários se repetirá até sexta-feira, dia 25. A divulgação da nota de corte à meia-noite será mantida até quinta-feira, dia 24.

O processo seletivo, aplicado desde 2010, é o mecanismo utilizado por universidades públicas para oferecer vagas a estudantes que realizaram o Exame Nacional de Ensino Médio (Enem).

Além de ter feito a edição de 2018 do exame, os candidatos precisam ter alcançado nota superior a zero na prova de Redação. Para a edição do primeiro semestre de 2019, serão ofertadas 235.476 vagas em 129 instituições de ensino superior de todo o País.

topo ↕

## **ESTADO DE MINAS - MG - GERAIS**

**Dilema do governo de Minas hoje é pagar servidores ou fazer repasses a prefeitos**

## **Segundo vice-governador, crise nos cofres públicos obriga governo a fazer escolha entre atender às demandas dos municípios por recursos ou as do funcionalismo por salários**

"O que o estado arrecada não dá conta de pagar o servidor, mesmo atrasado, e o repasse do município. É um ou outro, ou uma parte de um e uma parte de outro" - Paulo Brant (Novo), vice-governador

Sob pressão de prefeitos e servidores estaduais, o governo de Minas não tem recursos para atender às demandas dos municípios e do funcionalismo. A constatação é do vice-governador Paulo Brant (Novo), que avaliou a situação de Minas Gerais como "motivo de vergonha". Ontem, a Secretaria de Estado da Educação anunciou que os repasses aos municípios para área de educação de 2019 foram regularizados, mas os prefeitos rebateram e cobram R\$ 430 milhões referentes às transferências deste ano.

Brant reconheceu, em entrevista à Rádio CBN, que os administradores municipais têm razão sobre a queixa e que o estado fica "envergonhado" com a situação. "Os prefeitos têm razão, o estado tem que repassar integralmente o que é devido", afirmou. Porém, segundo Brant, desde que Zema assumiu, a arrecadação mensal não é suficiente para pagar prefeitos e servidores, mesmo com atraso.

"O que o estado arrecada não dá conta de pagar o servidor, mesmo atrasado, e o repasse do município. É um ou outro, ou uma parte de um e uma parte de outro. É inadmissível, ficamos até envergonhados, mas não consigo aumentar receita a curto prazo e a despesa é dada. Então, é uma escolha de sofia", afirmou.

O vice-governador não comentou o uso da força policial para impedir a entrada dos prefeitos no Palácio Tiradentes, na Cidade Administrativa, ontem. Centenas deles foram à sede do governo tentar falar com Zema após aprovarem, em assembleia da Associação Mineira de Municípios (AMM) a proposta de apresentar à Assembleia Legislativa pedido de impeachment de Zema em 1º de fevereiro, caso ele não regularize os repasses.

Brant disse que o governo está "raspando todo o dinheiro que puder economizar". Segundo ele, até sexta-feira, o Executivo informará a partir de que data os repasses serão regularizados. Na entrevista, o vice de Zema afirmou que a situação de Minas Gerais hoje é pior que a do Rio de Janeiro. De acordo com ele, além do déficit de cerca de R\$ 15 bilhões no orçamento deste ano, há a dívida com os prefeitos e cerca de R\$ 6 bilhões relativos aos depósitos judiciais usados por Pimentel, além de valores a serem pagos a fornecedores.

**DUAS VERSÕES** Um dia depois de mais de 300 prefeitos aprovarem o adiamento da volta às aulas nas escolas municipais para depois do carnaval, a Secretaria de Estado da Educação (SEE) anunciou a regularização dos repasses do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) aos municípios e o retorno das aulas nas escolas estaduais em 7 de fevereiro. Já a AMM afirmou que repasses continuam atrasados e mantém adiamento do início do ano letivo na rede municipal.

"Em respeito a toda comunidade escolar e ao compromisso com a educação de nossos mais de 2 milhões de alunos, o governo de Minas Gerais, mesmo diante da grave crise financeira herdada de governos passados, manterá o início do ano letivo de 2019 no dia



7 de fevereiro em todas as escolas estaduais”, informa a SEE em nota.

Sobre os repasses para os municípios, a nota diz que as transferências estão em dia. “Essa gestão regularizou os repasses do Fundeb do exercício do ano 2019, de acordo com a Secretaria de Estado de Fazenda. De 1º a 22 de janeiro, foram transferidos R\$ 801,07 milhões para os municípios referentes ao fundo. Em 2019, até o momento, não há pendências em relação às transferências do Fundeb”, diz o governo estadual.

A AMM rebateu a afirmação e informou que o governo não fez os repasses devidos às prefeituras por meio do Fundeb. “Mesmo com toda a pressão dos prefeitos mineiros em assembleia geral na segunda-feira, além da presença dos gestores municipais na Cidade Administrativa, o governo de Minas Gerais voltou a confiscar parte dos recursos referentes ao ICMS e Fundeb desta semana. Nesta terça-feira (ontem), deveria ser depositado nos cofres das prefeituras mineiras o valor de R\$ 102 milhões referentes ao ICMS, mas entraram somente R\$ 26 milhões. A mesma quantia deveria ser creditada para o Fundeb, mas foram repassados apenas R\$ 89 milhões”, diz a associação dos prefeitos, também por meio de nota.

“Somado aos valores confiscados na semana de 15/1/19, quando o governo repassou apenas R\$ 163 milhões dos R\$ 454 milhões de ICMS e R\$ 404 milhões dos R\$ 454 milhões do Fundeb, o atual governo já confiscou dos municípios mineiros R\$ 430 milhões em transferências constitucionais somente neste ano. Desse total, são R\$ 62,7 milhões de Fundeb e R\$ 367,8 de ICMS”, calcula a AMM.

A reportagem pediu entrevista com o vice-governador, mas, até o fechamento desta edição, não obteve retorno.

topo ↕

## **O DIA - PI - GERAL**

### **Para que serve o Sisu?**

Candidatos do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) relatam lentidão no site e dificuldade para fazer as inscrições, abertas ontem (22). Por meio da nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), estudantes disputam 235.461 vagas em 129 instituições públicas de ensino. Eles têm até sexta-feira (25) para participar. No Twitter, usuários reclamam que, após digitar o login e a senha, não conseguem acessar a página com as opções de cursos e de universidades participantes do Sisu. Sem isso, não é possível se inscrever. Por volta das 14h, nem mesmo o site estava abrindo. Em nota, o Ministério da Educação (MEC) afirmou que a lentidão ocorre "devido ao grande número de acessos". "O sistema está em processo de normalização até o final do dia. Já foram realizadas 441.157 inscrições, até 12h", disse o órgão.

O Sisu oferece 235.461 vagas em diversas universidades públicas. Deixa de ser necessário fazer um vestibular para cada uma – por esse sistema, o candidato usa a nota do Enem para pleitear uma vaga nas 129 instituições de ensino participantes

topo ↕

## **AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL**

### **Sisu divulga notas de corte de cada curso**

Os estudantes que acessaram a página do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) na tarde de hoje (22) já puderam ver as notas de corte de cada curso. A informação geralmente é divulgada somente no segundo dia de inscrição, após meia-noite.

As notas de corte podem ser acessadas na parte pública do site, basta fazer uma busca pelo curso desejado. Estão disponíveis as notas para cada uma das modalidades de inscrição, ampla concorrência e ações afirmativas.

As inscrições começaram hoje (22) e podem ser feitas até sexta-feira (25), na página do Sisu. Ao todo, serão ofertadas 235.461 vagas em 129 instituições públicas de todo o país. Podem concorrer às vagas os estudantes que fizeram o Enem 2018 e obtiveram nota acima de zero na prova de redação.

Durante o dia, estudantes reclamaram nas redes sociais da dificuldade em acessar o sistema. “Desde de 9h da manhã tô tentando acessar o site do sisu e nao consigo”, diz uma usuária do Twitter. “Entrar no site do sisu é outra prova impossível”, diz outra.

Em nota, o Ministério da Educação (MEC) diz que o sistema do Sisu registrou uma lentidão na manhã deste primeiro dia de inscrições “devido ao grande número de acessos”. A pasta afirma que o sistema “está em processo de normalização até o final do dia”. Até as 12h, foram realizadas 441.157 inscrições.

Nota de corte

Segundo o MEC, a nota de corte é uma estimativa com base nos candidatos inscritos até o momento. Embora não seja uma garantia da vaga, é possível usar a informação para orientar a escolha.

Durante o período de inscrição no Sisu, o candidato pode consultar, em seu boletim, a classificação parcial na opção de curso escolhido. A classificação parcial é calculada a partir das notas dos candidatos inscritos na mesma opção. Trata-se, assim como a nota de corte, de uma referência e não de uma garantia de vaga.

Nesse período, o candidato pode modificar a opção de curso quantas vezes quiser. Será considerada no processo seletivo a última opção confirmada pelo estudante.

Escolhas

Na hora da inscrição, os estudantes podem escolher até duas opções de curso, em ordem de preferência. A principal novidade deste ano é que os estudantes que forem selecionados em qualquer uma das duas opções não poderão participar da lista de espera. Até o ano passado, aqueles que eram selecionados na segunda opção podiam ainda participar da lista e ter a chance de ser escolhido na primeira opção.

O resultado será divulgado no dia 28 de janeiro. A matrícula dos selecionados deve ser feita de 30 de janeiro a 4 de fevereiro.

Do dia 28 de janeiro ao dia 4 de fevereiro, os estudantes que não foram selecionados na chamada regular, em nenhuma das opções, podem manifestar o interesse em participar da lista de espera. Esses alunos serão convocados pelas próprias instituições de ensino a partir do dia 7 de fevereiro.

Para registrar sua opinião, copie o link ou o título do conteúdo e clique na barra de manifestação.

Você será direcionado para o "Fale com a Ouvidoria" da EBC e poderá nos ajudar a

melhorar nossos serviços, sugerindo, denunciando, reclamando, solicitando e, também, elogiando.

topo ↕

## AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

**MEC quer que universidade federal aumente captação de recursos próprios  
Governo estuda alterar forma de manutenção financeira das instituições para  
investir mais verba na educação básica. Hoje, federais podem arrecadar dinheiro  
por meio de parcerias e aluguéis, por exemplo, mas teto de gastos dificulta  
utilização**

SÃO PAULO - Com a promessa de aumentar recursos para a educação básica, a equipe do Ministério da Educação (MEC) quer mudar a forma de manutenção financeira das universidades e institutos federais. Entre as propostas mais avançadas estão aquelas que buscam incentivar a busca de fontes alternativas de financiamento, como a possibilidade de uso integral dos recursos próprios – arrecadados por meio de parcerias com prefeituras, governos estaduais e empresas privadas – e a criação de fundos patrimoniais.

O objetivo é incentivar a arrecadação própria para reduzir o papel dos recursos da União na manutenção e investimento nas universidades. Fontes do ministério dizem que, mostrar o potencial de arrecadação própria e dar mais autonomia para o uso desse recurso, seria um caminho para convencer os reitores e a comunidade acadêmica sobre a cobrança de mensalidades. Durante a eleição, a equipe de Bolsonaro já defendia a cobrança de mensalidade nas universidades federais para alunos de maior renda – uma das bases para a proposta é um documento feito em 2017 pelo Banco Mundial que sugeriu ao Brasil acabar com a gratuidade do ensino superior.

A proposta de mudar a regra para uso de recursos próprios já era estudada pela gestão anterior do MEC e foi recebida com entusiasmo pela nova equipe. As alterações têm de passar pelo Congresso e já haveria disposição de parlamentares. No fim de 2018, o Centro de Estudos e Debates Estratégicos da Câmara finalizou relatório em que propõe uma nova emenda constitucional para liberar os recursos arrecadados pelas universidades.

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) enxerga como positiva a mudança do uso da arrecadação própria, mas teme que a alteração possa resultar em um novo enxugamento de recursos da União para as universidades. Levantamento da Andifes mostra que o orçamento para custeio e investimento caiu de R\$ 9,9 bilhões em 2014 para R\$ 7,7 bilhões no ano passado.

Até 2015, as universidades contornavam a redução de recursos da União com a captação de recursos próprios, como cobrança de aluguel por uso de seus espaços, prestação de serviços, contratos de pesquisa e taxa de matrículas (para cursos de extensão). Com o teto de gastos federais, porém, qualquer “excesso” de arrecadação deve ser usado para abater a dívida pública, ou seja, a instituição de ensino não pode ficar com o recurso.

UnB foi a mais afetada por bloqueio

Segundo acompanhamento da Andifes, a Universidade de Brasília (Unb) foi a que teve o maior valor de arrecadação própria bloqueado. A reitora Márcia Moura conta que a instituição tinha R\$ 98 milhões poupados nos últimos dez anos com recursos próprios, a maior parte de aluguel de imóveis.



A verba era poupada para que a universidade construísse um prédio e investisse em infraestrutura (troca de computadores, renovação dos livros da biblioteca, etc). No entanto, o recurso foi congelado e só parte dele – R\$ 65 milhões –, liberado em 2018. E a União descontou o mesmo valor que iria repassar. Ou seja, o dinheiro da arrecadação própria teve de ser usado para o pagamento de servidores.

O mesmo aconteceu com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), que teve bloqueados R\$ 81 milhões de captação própria por meio de pesquisa. No fim de 2018, R\$ 65 milhões foram liberados. “Mas a União subtraiu o mesmo valor, que tinha sido liberado, do repasse para a folha de pagamento de pessoal, ativo e inativo. Ou seja, o recurso que a gente captou e que tínhamos planejado uma outra destinação, foi obrigatoriamente para pagar os servidores e aposentados”, explica Ricardo Marcelo Fonseca, reitor da instituição.

Relatório elaborado pela Câmara propõe uma nova emenda à constituição para excluir as despesas de instituições federais de ensino, que sejam financiadas por receitas próprias, da base de cálculo e dos limites individualizados para as despesas primárias do governo federal. Ou seja, excluir o recurso próprio do entrave fiscal imposto pelo teto de gastos.

topo ↕

## **BOL NOTÍCIAS - TEMPO REAL**

### **Sisu divulga notas de corte de cada curso; estudantes relatam instabilidade em site**

Os estudantes que acessaram a página do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) na tarde de hoje (22) já puderam ver as notas de corte de cada curso. A informação geralmente é divulgada somente no segundo dia de inscrição, após meia-noite.

As notas de corte podem ser acessadas na parte pública do site, basta fazer uma busca pelo curso desejado. Estão disponíveis as notas para cada uma das modalidades de inscrição, ampla concorrência e ações afirmativas.

As inscrições começaram hoje (22) e podem ser feitas até sexta-feira (25), na página do Sisu. Ao todo, serão ofertadas 235.461 vagas em 129 instituições públicas de todo o país. Podem concorrer às vagas os estudantes que fizeram o Enem 2018 e obtiveram nota acima de zero na prova de redação.

Durante o dia, estudantes reclamaram nas redes sociais da dificuldade em acessar o sistema. "Desde de 9h da manhã tô tentando acessar o site do sisu e nao consigo", diz uma usuária do Twitter. "Entrar no site do sisu é outra prova impossível", diz outra.

Em nota, o Ministério da Educação (MEC) diz que o sistema do Sisu registrou uma lentidão na manhã deste primeiro dia de inscrições "devido ao grande número de acessos". A pasta afirma que o sistema "está em processo de normalização até o final do dia". Até as 12h, foram realizadas 441.157 inscrições.

#### Nota de corte

Segundo o MEC, a nota de corte é uma estimativa com base nos candidatos inscritos até o momento. Embora não seja uma garantia da vaga, é possível usar a informação para orientar a escolha.

Durante o período de inscrição no Sisu, o candidato pode consultar, em seu boletim, a classificação parcial na opção de curso escolhido. A classificação parcial é calculada a partir das notas dos candidatos inscritos na mesma opção. Trata-se, assim como a nota de corte, de uma referência e não de uma garantia de vaga.

Nesse período, o candidato pode modificar a opção de curso quantas vezes quiser. Será considerada no processo seletivo a última opção confirmada pelo estudante.

## Escolhas

Na hora da inscrição, os estudantes podem escolher até duas opções de curso, em ordem de preferência. A principal novidade deste ano é que os estudantes que forem selecionados em qualquer uma das duas opções não poderão participar da lista de espera. Até o ano passado, aqueles que eram selecionados na segunda opção podiam ainda participar da lista e ter a chance de ser escolhido na primeira opção.

O resultado será divulgado no dia 28 de janeiro. A matrícula dos selecionados deve ser feita de 30 de janeiro a 4 de fevereiro.

Do dia 28 de janeiro ao dia 4 de fevereiro, os estudantes que não foram selecionados na chamada regular, em nenhuma das opções, podem manifestar o interesse em participar da lista de espera. Esses alunos serão convocados pelas próprias instituições de ensino a partir do dia 7 de fevereiro.

topo 

## G1 - TEMPO REAL

**Sisu 2019 tem notas de corte divulgadas 5 vezes ao dia, contrariando regras iniciais do MEC**

**Candidatos devem ficar atentos às atualizações, que ocorrerão às 7h, 12h, 17h30, 20h e 0h. MEC disse, no fim da terça-feira, que é uma "novidade da edição".**

Pela primeira vez, o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) atualizará as notas de corte parciais de cada curso em cinco momentos do dia: 0h, 7h, 12h, 17h30 e 20h. A decisão contraria as regras inicialmente informadas pelo Ministério da Educação (MEC) - até então, os índices só seriam renovados à meia-noite, diariamente, até o prazo final, na sexta-feira (25).

Durante o primeiro dia de inscrições, candidatos estranharam que as notas de corte não só estavam aparecendo, como também oscilando ao longo da terça-feira (22).

Questionado pelo G1, o MEC afirmou que essa foi "uma novidade nessa edição do Sisu" e que a divulgação em quatro horários continuará até o fim da semana.

Ou seja: durante a sexta-feira, último dia para a participação no Sisu, os candidatos devem ficar atentos - às 20h, as notas de corte poderão mudar novamente.

Como funcionam as notas de corte?

Em edições anteriores, o Sisu divulgou, uma vez por dia, depois de 24h de inscrição, uma nota de corte parcial para cada modalidade e curso. Ela é uma referência para ajudar o estudante a se inscrever em uma opção na qual realmente tenha chances de aprovação.

Ela é calculada da seguinte forma: supondo que sejam 30 vagas de ampla concorrência no curso de educação física, na universidade X. No primeiro momento, 60 candidatos se

inscrevem para essa opção. Entre eles, vão ser aprovados os que tiverem as 30 maiores notas no Enem. Ou seja: a nota de corte será a 30ª mais alta. Exemplo: 642 pontos.

Se, no período seguinte, alunos com desempenho melhor se inscreverem, esse patamar vai subir. Por isso, é importante ficar atento e selecionar opções em que haja chance real de aprovação. Se a nota do candidato for de 450, dificilmente ele será selecionado em um curso cuja pontuação mínima seja 642. Vale procurar outra opção.

É bom repetir: a nota de corte é só uma referência. Mesmo após a última ser divulgada, às 20h da sexta-feira, outros participantes podem se inscrever até o fim do dia - o que muda a nota mínima. Consequentemente, só é possível saber se realmente foi aprovado quando os resultados forem publicados na segunda-feira (28).

topo ↕

## G1 - TEMPO REAL

**Estudo da UFMG vai avaliar impacto do jejum em mulheres durante rotina diária. As voluntárias vão passar um dia sem comer por 10 horas. Pesquisadores querem analisar os efeitos deste tipo de prática no organismo.**

Mulheres de 18 a 59 anos e com índice de massa corporal (IMC) maior ou igual a 35 estão sendo recrutadas para participar de um estudo da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) sobre o jejum.

Saiba como calcular seu IMC

As dietas intermitentes se tornaram bastante populares nos últimos anos entre pessoas que desejam emagrecer sem renunciar por completo a alimentos calóricos.

Além disso, alguns estudos têm vinculado esse tipo de dieta a benefícios para a saúde, como a redução de cardiopatias e risco de câncer, maior longevidade e proteção a doenças relacionadas à velhice e declínio cognitivo.

No entanto, essa é uma área de pesquisa ainda insipiente e não há quantidade suficiente de estudos científicos para confirmar os benefícios de forma contundente.

“Ainda há pouco estudos sobre os efeitos inflamatório e metabólico do jejum. Queremos avaliar o impacto dele nas atividades de vida diárias”, disse a nutricionista do Programa de Pós-graduação em Ciência de Alimentos da Faculdade de Farmácia, Jenneffer Braga, responsável pelo projeto.

O teste será feito durante um dia. As participantes deverão fazer jejum de dez horas enquanto realizam sua rotina normal de vida. Elas serão avaliadas pela manhã e no fim da tarde no Hospital das Clínicas da UFMG, no bairro Santa Efigênia, Região Leste de Belo Horizonte.

“Há já uma constatada perda de peso de quem pratica o jejum pela diminuição de ingestão de calorias, mas essa perda não é tão expressiva quanto outra dieta. É uma questão de escolha mesmo. E além do mais, os estudos que existem sobre o jejum são mais observacionais e muitos são ligados ao Ramadã, jejum praticado pelos muçulmanos. Queremos estudar os efeitos fisiológicos provocados na rotina diária”, disse a nutricionista.



As mulheres participantes vão passar por avaliação de peso, altura e circunferências corporais, bioimpedância (composição corporal, água, massa de gordura e massa livre de gordura), calorimetria (calorias gastas por dia), pressão arterial e coleta de sangue.

Ainda há vagas para 15 voluntárias. As interessadas devem entrar em contato pelo e-mail [atendimentoufmg.ob@gmail.com](mailto:atendimentoufmg.ob@gmail.com). Lembrando que o IMC é calculado dividindo o peso pela altura ao quadrado.

topo ↕

## **G1 - TEMPO REAL**

**Governo determina volta de professores que estavam cedidos a outros órgãos para salas de aula**

**Ao todo, 57 servidores do quadro da educação devem voltar a lecionar. Eles estavam trabalhando em outros órgãos da administração pública.**

Por G1 Tocantins

O Governo do Tocantins determinou que 57 servidores da Secretaria de Educação voltem às salas de aula no começo do ano letivo 2019. Eles estavam cedidos para outras secretarias e institutos, mas os atos foram revogados no Diário Oficial desta terça-feira (22). São 53 professores da educação básica, três professores normalistas e um professor graduado.

Segundo o Palácio Araguaia, a medida foi tomada "visando o equilíbrio fiscal e financeiro, a estabilidade administrativa e a eficiência na prestação dos serviços públicos no Estado". O perfil de formação e atuação de cada um desses profissionais serão avaliados para definir onde cada um vai atuar.

Antes, eles estavam lotados no Naturatins, Detran, o Banco do Empreendedor, a Agência de Defesa Agropecuária, a Agência Estadual de Metrologia, Polícia Militar, Defensoria Pública e as secretarias da Saúde, Administração, Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Desenvolvimento Social, Cidadania e Justiça, e da Segurança Pública.

Até o final de ano passado, a secretaria contava com cerca de 6.400 professores contratados para atender às unidades escolares da rede. O Governo ainda não divulgou quantos contratos vai manter em 2019. Isso só deve ser decidido no fim da reforma administrativa.

Promoções de militares

No mesmo documento, também foram publicadas as promoções de 38 militares. Eles foram promovidos pelo critério de tempo de serviço, alguns têm mais de 30 anos de contribuição previdenciária. Os servidores estão lotados na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros Militar do Tocantins.

Veja mais notícias da região no G1 Tocantins.

topo ↕

## **G1 - TEMPO REAL**

**Governo de Minas diz que, apesar da crise, ano letivo começa dia 7 de fevereiro**  
**A Secretaria de Estado da Educação disse em nota que repasses do Fundeb, destinos às escolas, foram regularizados. Já a AMM apontou problemas nos depósitos desta terça-feira.**

Apesar da crise financeira, a volta às aulas das escolas estaduais em Minas Gerais deve acontecer no dia 7 de fevereiro, de acordo com o governo.

Em nota, a Secretaria de Estado de Educação anunciou repasse de R\$ 48,7 milhões, “sendo R\$15 milhões para manutenção e custeio das escolas, R\$ 1,7 milhão para contratação de serviços de conectividade nas unidades e ainda R\$ 32 milhões para as prefeituras destinados ao transporte escolar dos alunos da rede estadual residentes em áreas rurais, referentes ao mês de fevereiro”.

A Associação Mineira de Municípios (AMM) chegou a recomendar que as prefeituras só começassem o ano letivo depois do carnaval. Quase metade das cidades mineiras não tinha previsão para o início das aulas por causa da falta de repasses por parte do governo.

Governo alega que regularizou repasses, mas AMM nega

O estado informou que regularizou os repasses do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) do exercício do ano 2019, de acordo com a Secretaria de Estado de Fazenda (SEF).

De 1º a 22 de janeiro, foram transferidos, segundo o governo, R\$ 801,07 milhões para os municípios mineiros. Ainda segundo a nota, “em 2019, até o momento, não há pendências em relação às transferências do Fundeb”.

Porém, segundo a AMM, o governo deveria ter depositado R\$ 102 milhões para o fundo, mas apenas R\$ 89 milhões foram repassados nesta terça-feira (22). Ainda de acordo com a entidade, o atual governo já confiscou dos municípios mineiros R\$ 430,5. Deste total, são R\$ 62,7 milhões de Fundeb e R\$ 367,8 de ICMS.

topo ↕

## G1 - TEMPO REAL

**Prefeitura de Divinópolis decide acatar adiamento da volta às aulas proposto pela AMM em protesto contra atraso de verbas estaduais**  
**Administração havia informado nesta segunda-feira (21) que manteria o início do ano letivo para fevereiro. AMM propôs que prefeituras condicionem o início das aulas à regularização de repasses ou retornem após o carnaval.**

O ano letivo também poderá ser adiado para depois do carnaval em Divinópolis. A decisão de acatar a recomendação feita pela Associação Mineira de Municípios (AMM) aos prefeitos de Minas Gerais foi informada nesta terça-feira (22) pela administração municipal.

A medida tem o objetivo de pressionar o Governo de Minas a regularizar os repasses de verbas estaduais e apresentada durante reunião da AMM com prefeitos mineiros realizada nesta segunda-feira (21) em Belo Horizonte. Na ocasião, a Prefeitura de Divinópolis informou que manteria a volta às aulas para o dia 4 de fevereiro, como previsto.

No entanto, nesta terça, o Executivo decidiu que o início do ano letivo no município ficará condicionado à regularização dos repasses, podendo ocorrer apenas no dia 11 de março, após o carnaval.

Segundo a administração municipal, o Estado tem uma dívida de R\$ 103,7 milhões correspondente ao período da gestão de Fernando Pimentel (PT).

A estimativa da Secretaria Municipal da Fazenda é que o atual governo, que tem à frente Romeu Zema (Novo), já deixou de repassar R\$ 9 milhões neste ano.

## Proposta

De acordo com o presidente da AMM, Julvan Lacerda (MDB), que também é prefeito de Moema, a volta às aulas está inviável devido ao atraso dos repasses do Governo mineiro. Dessa forma, foi proposto que o calendário comece após o carnaval.

O início do ano letivo ainda está condicionado ao pagamento de dívidas relacionadas ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e do transporte escolar.

Conforme a AMM, a atual administração do Governo de Minas pagou 36% dos recursos do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual (ICMS) devidos aos municípios mineiros e continua a não repassar o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

Uma reunião com o governador recém eleito Romeu Zema estava prevista para ocorrer ainda na segunda-feira, mas os representantes foram recebidos pelo secretário de governo Custódio Matos, que prometeu uma posição oficial do governador nesta terça-feira (22), de acordo com a AMM.

No final da tarde, o Governo de Minas anunciou o repasse de R\$ 48,7 milhões, “sendo R\$ 15 milhões para manutenção e custeio das escolas, R\$ 1,7 milhão para contratação de serviços de conectividade nas unidades e ainda R\$ 32 milhões para as prefeituras, destinados ao transporte escolar dos alunos da rede estadual residentes em áreas rurais, referentes ao mês de fevereiro”.

O estado informou que regularizou os repasses do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) do exercício do ano 2019, de acordo com a Secretaria de Estado de Fazenda (SEF).

De 1º a 22 de janeiro, foram transferidos, segundo o governo, R\$ 801,07 milhões para os municípios mineiros. Ainda segundo a nota, “em 2019, até o momento, não há pendências em relação às transferências do Fundeb”.

Porém, a AMM informou que o governo deveria ter depositado R\$ 102 milhões para o fundo, mas apenas R\$ 89 milhões foram repassados nesta terça-feira. Ainda de acordo com a entidade, a atual administração estadual já confiscou dos municípios mineiros R\$ 430,5 milhões, dos quais R\$ 62,7 milhões são do Fundeb e R\$ 367,8 do ICMS.

## Prefeituras se dividem sobre adiamento

De acordo com a AMM, 343 prefeitos aprovaram a proposta de adiar as aulas para



depois do carnaval. A dívida do Estado com as cidades mineiras é estimada em mais de R\$ 12 bilhões, dos quais R\$ 342 milhões se referem ao Fundeb.

Na região, além de Moema, Cláudio e Formiga devem aderir à medida, que coloca o retorno às aulas para o dia 6 de março ou 11 de março, a primeira segunda-feira após o feriado.

“Isso condicionado ao pagamento do transporte escolar, porque não dá para começarmos o ano letivo sem a garantia de termos o valor destinado ao transporte escolar”, informou em nota o prefeito de Formiga, Eugênio Vilela (PP), cuja cidade tem para receber R\$ 21 milhões.

A administração municipal de Carmo da Mata informou que vai realizar uma reunião nesta quarta-feira (23) para tomar uma decisão. A Prefeitura de Nova Serrana também declarou que fará um levantamento de custos para definir sobre a adesão.

Outras prefeituras da região, como de Oliveira e Pará de Minas, afirmaram que vão manter a volta às aulas para o dia 4 de fevereiro, como previsto. Em Bom Despacho, o ano letivo da rede municipal de ensino começa no dia 7 de fevereiro.

A Prefeitura de Pompéu informou nesta terça-feira (22) que também irá manter o ano letivo para o dia 7 de fevereiro por considerar que o adiamento das aulas pode acarretar prejuízo para toda a comunidade escolar. Segundo a administração municipal, a dívida do Estado com o município passa de R\$ 12 milhões.

O G1 entrou em contato com outras prefeituras para saber sobre a adesão e aguarda retorno.

## Crise

A dificuldade financeira enfrentada pelos municípios devido aos atrasos de repasses do Governo de Minas é discutida pelos prefeitos da Associação Microrregional dos Municípios do Vale do Itapeçerica (Amvi) desde julho de 2018.

Em Divinópolis, por exemplo, há parcelamento de salários do funcionalismo municipal, devido à retenção de verbas. A princípio, a medida atingiu apenas os profissionais da educação, pagos com recursos do Fundeb, e, posteriormente, passou a afetar os demais servidores.

O primeiro salário de 2019 foi pago parcialmente, até o valor individual de R\$ 1,5 mil, no dia 10 de janeiro - o que incluiu o setor de educação. Uma nova parcela de até R\$ 1 mil deverá ser paga até a próxima quarta-feira (23), segundo informado pelo Executivo nesta segunda. O 13º salário referente a dezembro também não foi pago.

A Prefeitura de Divinópolis também informou ter quitado o restante dos salários atrasados dos servidores da educação referentes a outubro de 2018. O valor da folha, de R\$ 425 mil, foi pago com parte de uma quantia devolvida pela Câmara de Vereadores. Já o restante da folha de dezembro dos servidores será quitado à medida que o governo estadual for normalizar os repasses, de acordo com a administração municipal.

topo ↕

## PORTAL EXAME - TEMPO REAL

**Notas de corte do Sisu serão divulgadas em quatro horários**

**As inscrições no Sisu começaram hoje e podem ser feitas até sexta-feira, no site do sistema**

O Ministério da Educação informou em nota divulgada na noite desta terça (22) que foram adotadas todas as medidas para resolver a lentidão no Sistema de Seleção Unificada (Sisu).

O ministério comunicou ainda que as notas de corte de cada curso serão divulgadas em quatro horários.

Nesta tarde, o ministério divulgou as notas de corte de cada curso. No comunicado desta noite, a pasta informou que está sendo testada nesta edição a divulgação da nota de corte para todos os cursos em quatro horários: 7h, 12h, 17h30 e 20h.

Nas edições passadas, a divulgação ocorria à meia-noite do segundo dia de inscrição. “A divulgação em quatro horários se repetirá até sexta-feira, dia 25. A divulgação da nota de corte à meia-noite será mantida até quinta-feira, dia 24”, diz a nota.

As inscrições no Sisu começaram hoje e podem ser feitas até sexta-feira, na página do Sisu. Durante o dia, estudantes reclamaram nas redes sociais da dificuldade em acessar o sistema.

Segundo o MEC, a instabilidade foi causada por um grande “volume de acessos espontâneos na rede do MEC.

O sistema, que nas edições anteriores, recebia de 25 a 30 mil acessos simultâneos, registrou hoje picos de até 350 mil acessos simultâneos”.

Se o estudante estiver com dificuldade em acessar, a recomendação é que atualize a página de inscrição antes de preencher os dados.

topo 

## R7 - TEMPO REAL

**Notas de corte do Sisu serão divulgadas em quatro horários**

Da Agência Brasil O Ministério da Educação informou em nota divulgada na noite dessa terça-feira (22) que foram adotadas todas as medidas para resolver a lentidão no Sistema de Seleção Unificada (Sisu). O ministério comunicou ainda que as notas de corte de cada curso serão divulgadas em quatro horários. À tarde, o ministério divulgou as [...] The post Notas de corte do Sisu serão divulgadas em quatro horários appeared first on JBr..

Da Agência Brasil

O Ministério da Educação informou em nota divulgada na noite dessa terça-feira (22) que foram adotadas todas as medidas para resolver a lentidão no Sistema de Seleção Unificada (Sisu). O ministério comunicou ainda que as notas de corte de cada curso serão divulgadas em quatro horários.

À tarde, o ministério divulgou as notas de corte de cada curso. No comunicado da noite, pasta informou que está sendo testada nesta edição a divulgação da nota de corte para

todos os cursos em quatro horários: 7h, 12h, 17h30 e 20h. Nas edições passadas, a divulgação ocorria à meia-noite do segundo dia de inscrição. “A divulgação em quatro horários se repetirá até sexta-feira, dia 25. A divulgação da nota de corte à meia-noite será mantida até quinta-feira, dia 24”, diz a nota.

As inscrições no Sisu começaram na terça e podem ser feitas até sexta-feira, na página do Sisu. Durante o dia, estudantes reclamaram nas redes sociais da dificuldade em acessar o sistema. Segundo o MEC, a instabilidade foi causada por um grande “volume de acessos espontâneos na rede do MEC. O sistema, que nas edições anteriores, recebia de 25 a 30 mil acessos simultâneos, registrou hoje picos de até 350 mil acessos simultâneos”.

Se o estudante estiver com dificuldade em acessar, a recomendação é que atualize a página de inscrição antes de preencher os dados.

topo ↕

## **TERRA - TEMPO REAL**

**MEC quer que universidade federal aumente captação de recursos próprios  
Governo estuda alterar forma de manutenção financeira das instituições para  
investir mais verba na educação básica. Hoje, federais podem arrecadar dinheiro  
por meio de parcerias e aluguéis, por exemplo, mas teto de gastos dificulta  
utilização**

SÃO PAULO - Com a promessa de aumentar recursos para a educação básica, a equipe do Ministério da Educação (MEC) quer mudar a forma de manutenção financeira das universidades e institutos federais. Entre as propostas mais avançadas estão aquelas que buscam incentivar a busca de fontes alternativas de financiamento, como a possibilidade de uso integral dos recursos próprios - arrecadados por meio de parcerias com prefeituras, governos estaduais e empresas privadas - e a criação de fundos patrimoniais.

O objetivo é incentivar a arrecadação própria para reduzir o papel dos recursos da União na manutenção e investimento nas universidades. Fontes do ministério dizem que, mostrar o potencial de arrecadação própria e dar mais autonomia para o uso desse recurso, seria um caminho para convencer os reitores e a comunidade acadêmica sobre a cobrança de mensalidades. Durante a eleição, a equipe de Bolsonaro já defendia a cobrança de mensalidade nas universidades federais para alunos de maior renda - uma das bases para a proposta é um documento feito em 2017 pelo Banco Mundial que sugeriu ao Brasil acabar com a gratuidade do ensino superior.

A proposta de mudar a regra para uso de recursos próprios já era estudada pela gestão anterior do MEC e foi recebida com entusiasmo pela nova equipe. As alterações têm de passar pelo Congresso e já haveria disposição de parlamentares. No fim de 2018, o Centro de Estudos e Debates Estratégicos da Câmara finalizou relatório em que propõe uma nova emenda constitucional para liberar os recursos arrecadados pelas universidades.

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) enxerga como positiva a mudança do uso da arrecadação própria, mas teme que a alteração possa resultar em um novo enxugamento de recursos da União para as universidades. Levantamento da Andifes mostra que o orçamento para custeio e investimento caiu de R\$ 9,9 bilhões em 2014 para R\$ 7,7 bilhões no ano passado.



Até 2015, as universidades contornavam a redução de recursos da União com a captação de recursos próprios, como cobrança de aluguel por uso de seus espaços, prestação de serviços, contratos de pesquisa e taxa de matrículas (para cursos de extensão). Com o teto de gastos federais, porém, qualquer "excesso" de arrecadação deve ser usado para abater a dívida pública, ou seja, a instituição de ensino não pode ficar com o recurso.

UnB foi a mais afetada por bloqueio

Segundo acompanhamento da Andifes, a Universidade de Brasília (Unb) foi a que teve o maior valor de arrecadação própria bloqueado. A reitora Márcia Moura conta que a instituição tinha R\$ 98 milhões poupados nos últimos dez anos com recursos próprios, a maior parte de aluguel de imóveis.

A verba era poupada para que a universidade construísse um prédio e investisse em infraestrutura (troca de computadores, renovação dos livros da biblioteca, etc). No entanto, o recurso foi congelado e só parte dele - R\$ 65 milhões -, liberado em 2018. E a União descontou o mesmo valor que iria repassar. Ou seja, o dinheiro da arrecadação própria teve de ser usado para o pagamento de servidores.

O mesmo aconteceu com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), que teve bloqueados R\$ 81 milhões de captação própria por meio de pesquisa. No fim de 2018, R\$ 65 milhões foram liberados. "Mas a União subtraiu o mesmo valor, que tinha sido liberado, do repasse para a folha de pagamento de pessoal, ativo e inativo. Ou seja, o recurso que a gente captou e que tínhamos planejado uma outra destinação, foi obrigatoriamente para pagar os servidores e aposentados", explica Ricardo Marcelo Fonseca, reitor da instituição.

Relatório elaborado pela Câmara propõe uma nova emenda à constituição para excluir as despesas de instituições federais de ensino, que sejam financiadas por receitas próprias, da base de cálculo e dos limites individualizados para as despesas primárias do governo federal. Ou seja, excluir o recurso próprio do entrave fiscal imposto pelo teto de gastos.

topo ↕

## UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

### Conheça opções de cursos grátis a distância em universidades renomadas

É possível adquirir novos conhecimentos e incrementar o currículo com cursos das melhores universidades sem precisar se dedicar ao vestibular e sem gastar pequenas fortunas nas instituições particulares renomadas. Universidades reconhecidas no Brasil e no mundo oferecem diversas opções de cursos online grátis, livres e de extensão, com ou sem certificado. É o caso de USP (Universidade de São Paulo), Unesp (Universidade Estadual Paulista), Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), UnB (Universidade de Brasília), FGV (Fundação Getúlio Vargas) e até internacionais, como Harvard e MIT (Massachusetts Institute of Technology), entre outras.

"O ensino a distância possibilita que as universidades públicas expandam sua atuação, levando educação para mais gente e cumprindo seu papel social. No caso das particulares, os cursos online grátis são uma ferramenta de marketing, como uma degustação do conteúdo", afirma Arthur Igreja, professor da FGV e especialista em tecnologia e educação.

Para o aluno, a principal vantagem é poder estudar de qualquer lugar e a qualquer hora.

Porém, é necessário ter automotivação e disciplina para organizar os estudos. Segundo a doutora em educação Alessandra Gaidargi, o principal papel do EAD é democratizar a educação. "É muito positivo que instituições renomadas ofereçam esse tipo de curso, pois elas carregam uma tradição que, muitas vezes, assusta os alunos. Assim, um curso livre online pode ser a porta de entrada para outros estudos futuros", diz ela.

As disciplinas são oferecidas em diferentes formatos e plataformas, pela própria instituição ou por parceiros, como os sites Coursera e Veduca. Em alguns casos, o aluno precisa pagar pelo certificado, mas o curso é grátis. "Esse tipo de parceria é bom para oferecer a melhor experiência ao aluno, pois a instituição pode ser boa no conteúdo, mas não na tecnologia de entrega", diz o professor especialista em inovação da FGV.

Confira abaixo uma lista com algumas das instituições que oferecem cursos online grátis:

## USP

Uma das melhores universidades do país oferece diversos cursos grátis que abrem inscrições ao longo do ano. Atualmente, estão abertas as matrículas para os cursos de astronomia e de biologia celular, voltados ao aperfeiçoamento de professores do ensino fundamental e médio, com início em março.

Mais informações aqui.

Por meio do site Coursera, a USP disponibiliza no momento também os cursos de Introdução à Ciência da Computação com Python e um programa de cursos integrados de Gestão de Projetos, em parceria com a University of California, em Irvine. Neste caso, o aluno inicia o curso quando quiser, a partir do momento da inscrição.

## Unesp

O projeto Unesp Aberta oferece mais de 60 cursos online grátis nas áreas de Humanas, Exatas e Biológicas. Os estudos podem ser iniciados a qualquer momento, mas é necessário se cadastrar e pagar pelo certificado. Mais de 330 mil estudantes já passaram pela plataforma.

A universidade do interior paulista oferece duas opções de curso no site Coursera, nas áreas de tecnologia e economia. São eles: "Desenvolvimento e Design de Aplicativos para iPhone" e "Introdução à Economia do Trabalho: Teorias e Políticas". O primeiro faz parte do programa de cursos integrados, com vários módulos, e tem maior duração: cerca de cinco meses. O segundo é um curso livre com cerca de 11 horas de duração.

## UnB

Em parceria com o Ministério do Trabalho, a Universidade de Brasília oferece mais de 30 cursos de formação profissional no site Escola do Trabalhador. São diversas áreas do conhecimento: segurança da informação, saúde, turismo, gestão e negócios, entre outros. É necessário se inscrever.

A FGV foi a primeira instituição brasileira a ser membro do OEC - Open Education Consortium, um consórcio de instituições de ensino de diversos países que oferecem conteúdos e materiais didáticos sem custo, pela internet. São oferecidos cursos de diversas áreas, como economia e finanças, gestão de pessoas, gestão empresarial, marketing e vendas, direito, relações internacionais, sustentabilidade e responsabilidade

social, de duas a 30 horas de duração.

Harvard, MIT, Berkeley e outras estrangeiras

Uma parceria entre a Universidade Harvard e o MIT deu origem ao edX, uma plataforma online que reúne cursos a distância grátis de mais de 100 instituições de ensino renomadas de todo o mundo, da Islândia ao Japão. Ao todo, são mais de 1.900 disciplinas, que já atenderam mais de 14 milhões de estudantes em todo o mundo. Mas, atenção: os conteúdos são em inglês.

topo ↕

## UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

### Notas de corte do Sisu serão divulgadas em quatro horários

O Ministério da Educação informou em nota divulgada na noite de hoje (22) que foram adotadas todas as medidas para resolver a lentidão no Sistema de Seleção Unificada (Sisu). O ministério comunicou ainda que as notas de corte de cada curso serão divulgadas em quatro horários.

Nesta tarde, o ministério divulgou as notas de corte de cada curso. No comunicado desta noite, pasta informou que está sendo testada nesta edição a divulgação da nota de corte para todos os cursos em quatro horários: 7h, 12h, 17h30 e 20h. Nas edições passadas, a divulgação ocorria à meia-noite do segundo dia de inscrição. "A divulgação em quatro horários se repetirá até sexta-feira, dia 25. A divulgação da nota de corte à meia-noite será mantida até quinta-feira, dia 24", diz a nota.

As inscrições no Sisu começaram hoje e podem ser feitas até sexta-feira, na página do Sisu. Durante o dia, estudantes reclamaram nas redes sociais da dificuldade em acessar o sistema. Segundo o MEC, a instabilidade foi causada por um grande "volume de acessos espontâneos na rede do MEC. O sistema, que nas edições anteriores, recebia de 25 a 30 mil acessos simultâneos, registrou hoje picos de até 350 mil acessos simultâneos".

Se o estudante estiver com dificuldade em acessar, a recomendação é que atualize a página de inscrição antes de preencher os dados.

topo ↕

## UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

### Sisu divulga notas de corte de cada curso; estudantes relatam instabilidade

Os estudantes que acessaram a página do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) na tarde de hoje (22) já puderam ver as notas de corte de cada curso. A informação geralmente é divulgada somente no segundo dia de inscrição, após meia-noite.

As notas de corte podem ser acessadas na parte pública do site, basta fazer uma busca pelo curso desejado. Estão disponíveis as notas para cada uma das modalidades de inscrição, ampla concorrência e ações afirmativas.

As inscrições começaram hoje (22) e podem ser feitas até sexta-feira (25), na página do Sisu. Ao todo, serão ofertadas 235.461 vagas em 129 instituições públicas de todo o país. Podem concorrer às vagas os estudantes que fizeram o Enem 2018 e obtiveram nota acima de zero na prova de redação.

Durante o dia, estudantes reclamaram nas redes sociais da dificuldade em acessar o sistema. "Desde de 9h da manhã tô tentando acessar o site do sisu e nao consigo", diz



uma usuária do Twitter. "Entrar no site do sisu é outra prova impossível", diz outra.

Em nota, o Ministério da Educação (MEC) diz que o sistema do Sisu registrou uma lentidão na manhã deste primeiro dia de inscrições "devido ao grande número de acessos". A pasta afirma que o sistema "está em processo de normalização até o final do dia". Até as 12h, foram realizadas 441.157 inscrições.

Nota de corte

Segundo o MEC, a nota de corte é uma estimativa com base nos candidatos inscritos até o momento. Embora não seja uma garantia da vaga, é possível usar a informação para orientar a escolha.

Durante o período de inscrição no Sisu, o candidato pode consultar, em seu boletim, a classificação parcial na opção de curso escolhido. A classificação parcial é calculada a partir das notas dos candidatos inscritos na mesma opção. Trata-se, assim como a nota de corte, de uma referência e não de uma garantia de vaga.

Nesse período, o candidato pode modificar a opção de curso quantas vezes quiser. Será considerada no processo seletivo a última opção confirmada pelo estudante.

Escolhas

Na hora da inscrição, os estudantes podem escolher até duas opções de curso, em ordem de preferência. A principal novidade deste ano é que os estudantes que forem selecionados em qualquer uma das duas opções não poderão participar da lista de espera. Até o ano passado, aqueles que eram selecionados na segunda opção podiam ainda participar da lista e ter a chance de ser escolhido na primeira opção.

O resultado será divulgado no dia 28 de janeiro. A matrícula dos selecionados deve ser feita de 30 de janeiro a 4 de fevereiro.

Do dia 28 de janeiro ao dia 4 de fevereiro, os estudantes que não foram selecionados na chamada regular, em nenhuma das opções, podem manifestar o interesse em participar da lista de espera. Esses alunos serão convocados pelas próprias instituições de ensino a partir do dia 7 de fevereiro.

## **JORNAL DIA A DIA - TEMPO REAL**

### **Pesquisa da UFSCar analisa política externa dos Estados Unidos no período pós-Guerra Fria**

O período pós-Guerra Fria confirmou os Estados Unidos como potência mundial hegemônica política e economicamente, no mundo capitalista. A partir desse momento, como se comportaram os dois grandes partidos norte-americanos – Democrata e Republicano? Esta foi a pergunta feita por Flávio Contrera em sua tese intitulada "Política externa americana no pós-Guerra Fria: como se posicionam democratas e republicanos?", defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGPol) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), sob orientação da professora Maria do Socorro Sousa Braga, do Departamento de Ciências Sociais (DCSo) da Instituição.

O principal argumento do trabalho é que, depois da Guerra Fria, a política externa dos

Estados Unidos se configurou como uma espécie de jogo em um espaço de competição partidária. “A partir disso, verifiquei em quais contextos políticos os posicionamentos dos dois partidos resultaram no emprego de estratégias centrípetas/moderadas ou centrífugas/ideológicas com o intuito de conquistar vitórias”, explica o pesquisador. Como contextos políticos para a análise, ele considerou os seguintes itens: a variação na percepção sobre a existência de uma ameaça externa aos Estados Unidos (papel representado pela União Soviética durante a Guerra Fria); a taxa de aprovação presidencial; o grau de controle do Executivo sobre o Legislativo; a composição do gabinete de política externa no Executivo; e o alinhamento ideológico da opinião pública. Segundo Contrera, as ações dos partidos políticos decorrem de suas interações com a opinião pública e com seus militantes. “O emprego de estratégias centrípetas se caracteriza pelo fato de o político ter como único objetivo colher as recompensas de um cargo público – as ideologias, portanto, são vistas apenas como um meio de os políticos chegarem ao poder”, explica ele. Já a estratégia centrífuga mostra que a obtenção de cargos é apenas um dos objetivos dos políticos, que dispõem de preferências e valores e lutam, de fato, por questões públicas.

Partindo dessas definições, o autor da tese confirmou suas hipóteses de que ambos os partidos utilizam as duas estratégias – o que varia é justamente a situação para cada uma. Os partidos tendem a empregar estratégias centrípetas em contextos caracterizados pela alta percepção de ameaça aos Estados Unidos no exterior, pelo elevado índice de aprovação presidencial, pelo controle do partido no Executivo sobre o Legislativo, pela indicação de uma maioria de pessoas cujo perfil não seja partidário ou ideológico para compor o gabinete de política externa do Executivo e pelo baixo alinhamento ideológico da opinião pública. Já as estratégias centrífugas são empregadas em contextos opostos – marcados pela baixa percepção de ameaças externas, baixo índice de aprovação presidencial, por um Legislativo não controlado pelo Executivo, pela indicação de uma maioria de pessoas com perfil partidário ou ideológico para compor o gabinete da política externa do Executivo e por um alto alinhamento ideológico da opinião pública. Dentre os principais resultados da pesquisa, Contrera destaca, também, a comprovação da relevância dos partidos na política externa, ainda que exercida indiretamente – através do Presidente e dos ocupantes de cargos de confiança no Executivo e dos legisladores no Congresso. “Esse achado é significativo na medida em que os partidos políticos não são considerados atores tradicionais na política externa, por estarem vinculados à esfera doméstica de poder. Com efeito, os partidos não são recipientes sem conteúdo; eles se caracterizam por ideologias consistentes que se manifestam em suas posições sobre política externa”, explica. Além disso, o estudo demonstrou que o emprego de estratégias aparentemente subótimas – que, fazendo alusão aos jogos, consiste em ações que podem variar de acordo com a situação predominante, não sendo necessariamente ótima em todas as esferas – expressam racionalmente as funções que os partidos assumem em cada arena, sendo uma resposta otimizada à interação estratégica e ao contexto político.

A partir dos resultados, Contrera acredita que, no presente e no futuro, os partidos americanos continuarão a atuar neste chamado jogo político. “A pesquisa forneceu elementos para que a política externa pudesse ser compreendida como um jogo em que os partidos empregam determinadas estratégias para conquistar vitórias. Nesse sentido, variações nas posições de política externa dos partidos analisados continuarão a ser estimuladas por variações na taxa de apoio popular ao Presidente, no grau de apoio dos partidos no Congresso ao Executivo e na percepção de existência de uma ameaça externa à segurança nacional”, prevê.

Em novembro de 2018, a tese venceu o prêmio Fulbright-Capes de Tese 2018, que elege o melhor trabalho de doutorado sobre a amplitude e a profundidade das relações Brasil-Estados Unidos. Defendida em 2017, a pesquisa também recebeu menção honrosa no Prêmio Capes de Tese 2018. Contrera, que conquistou uma bolsa de pós-doutorado nos Estados Unidos, é atual pós-doutorando do PPGPol e dá continuidade ao trabalho, com foco na investigação do impacto do desenho dos sistemas políticos de Brasil e Estados Unidos sobre a ratificação de tratados multilaterais.

Para o pesquisador, os prêmios representam o reconhecimento de um trabalho sério, desenvolvido ao longo de quatro anos. “Receber essa premiação é muito satisfatório, tendo em vista a superação dos desafios que se colocaram ao longo do caminho. Conquistar o Prêmio Fulbright por meio do PPGPol também sinaliza o ótimo trabalho que vem sendo desenvolvido no âmbito do Programa”, finaliza.

anexos:

Professora Maria do Socorro Braga e aluno Flávio Contrera na entrega dos prêmios  
Pesquisador Flávio Contrera na entrega dos prêmios

topo ↕

## NA MÍDIA NEWS - TEMPO REAL

### Abertas inscrições para cursos de mestrado e doutorado

A Universidade do Vale do Itajaí (Univali) está com inscrições abertas para o seletivo de dez cursos stricto sensu. São eles: Mestrado em Administração; Mestrado em Ciências Farmacêuticas; Mestrado em Computação Aplicada; Mestrado em Saúde e Gestão do Trabalho; Mestrado em Turismo e Hotelaria; Mestrado Profissional Internacional Conjunto em Direito das Migrações Transnacionais; Doutorado em Administração; Doutorado em Ciência e Tecnologia Ambiental; Doutorado em Ciências Farmacêuticas; e Doutorado em Turismo e Hotelaria.

Os cursos são todos recomendados pelo Conselho Técnico Científico da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, do Ministério da Educação (MEC). Os editais com detalhes das ofertas estão disponíveis em [www.univali.br/pos](http://www.univali.br/pos).

As inscrições podem ser efetuadas na secretaria do respectivo curso ou por Sedex. Vale ressaltar que até o dia 31 de janeiro a Univali atende em horário especial, das 8h às 14h. O funcionamento da Universidade será normalizado com os três turnos de atendimento, no dia 1º de fevereiro. As inscrições para o Mestrado Profissional Internacional Conjunto em Direito das Migrações Transnacionais devem ser realizadas na plataforma [www.univali.br/elis](http://www.univali.br/elis). Uma vez aceito o pedido de inscrição, o deferimento será publicado na [página www.univali.br/ppgdmr](http://pagina.www.univali.br/ppgdmr).

topo ↕

## OCP NEWS - TEMPO REAL

### Condições morais, políticas e éticas

Com a aproximação da posse como senador e com o país passando por tantas mudanças, especialmente na área política, com reflexo sobre as demais, Esperidião Amin (PP) não perde tempo e se mantém em permanente preparação.

"Sempre surgem fatos e circunstâncias novos, especialmente em um momento desses, em que nós esperamos e desejamos fatos, métodos, processos e resultados novos. Eu me sinto preparado, respeitadas as surpresas de sempre", disse.



Amin estará hoje em Brasília para dar deliberação com o seu partido e representantes de outras siglas sobre sua candidatura à presidência do Senado. "Vamos avaliar, conversar, analisar o cenário", resumiu sem dar maiores detalhes. Por outro lado, afirmou que muitos acham que será grande o número de candidatos à presidência da Casa, do que discorda.

"Essas pessoas não conhecem o Regimento do Senado, que não diz claramente que há segundo turno. Por isso digo que estou preparado para as surpresas. E também para negociar." Amin mantém como rotina falar com senadores eleitos de outros estados e comemora a boa receptividade que vem tendo nesses contatos. "A busca do entendimento é muito importante." Para ele, o Senado deve ser conduzido de forma a merecer a confiança da sociedade brasileira.

"Isso, sim, é importante. E por isso me coloquei à disposição, porque acredito que preencho as condições morais, políticas e éticas. Mas não sou o único, o que nos leva a ter que conversar com todos."

#### Vocação turística na Academia

Somente cinco pesquisadores de turismo têm bolsa Nível 1 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E um deles é o catarinense Francisco Antônio dos Anjos, professor e pesquisador da Univali, que conquistou a bolsa com o trabalho Avaliação da Governança do Turismo de Santa Catarina.

Sem dúvida um feito, especialmente porque, hoje, não chega a 1% do PIB brasileiro o investimento em pesquisa científica, o que afunila ainda mais as possibilidades de uma área tão específica ganhar espaço.

O currículo de Dos Anjos também pesou na escolha do CNPq. Além de um trabalho de mais de quinze anos voltados à percepção dos hiatos técnicos dentro das ações governamentais no trade turístico catarinense, ele foi fundador e coordenador do primeiro doutorado do Brasil em Turismo e Hotelaria, que mantém, desde 2013 quando foi criado, a melhor nota do Brasil na avaliação da CAPES/MEC.

#### Questão pessoal

Questionado se a polêmica em torno de Flávio Bolsonaro, eleito senador pelo PSL do Rio de Janeiro, pode prejudicar a consolidação do novo momento político do país, Esperidião Amin minimizou.

"Não acho que seja um escândalo ou algo que vá afetar o governo ou o Senado. É uma questão pessoal. E cabe ao parlamentar esclarecer." E reforçou: "Não tem nada a ver com o Senado!"

#### Reformas

O deputado federal e senador eleito pelo PP-SC também afirmou, em conversa com a Coluna Pelo Estado, que as reformas são necessárias, mas que devem ser justas. E defendeu: "A reforma da Previdência, por exemplo. Todos têm que contribuir. A começar pelo serviço público, seja civil ou militar. Se não houver essa equitatividade, não haverá justiça."

Na entrevista que concedeu ao Projeto Eleições, divulgada pelos veículos impressos e digitais da ADI -SC e da Adjori-SC, Amin afirmou que não aprovaria o projeto de Previdência que estava na Casa. "Não aprovaria e não aprovo o que o Temer mandou.

O projeto que ele mandou penaliza e discrimina o trabalhador do campo e da iniciativa privada. Ele esqueceu, por falta de autoridade moral, de incluir o serviço público civil e militar. É indigesto e injusto!"

Conforme anunciado, ontem o presidente da Federação Catarinense de Municípios (Fecam), Joares Ponticelli, prefeito de Tubarão, esteve com o secretário da Educação, Natalino Uggioni, e expôs a necessidade de um acréscimo de pelo menos 9% sobre o valor repassado aos municípios para o transporte escolar.

Com o secretário da Fazenda, Paulo Eli, tratou do documento que deverá ser elaborado por Grupo Técnico da Fecam e da secretaria, base de sustentação para a audiência com o ministro Dias Toffoli na tentativa de ver julgado o processo do ISS dos bancos.

#### Força regional

Já na Casa DAgronômica, no encontro com o governador Carlos Moisés e com o chefe da Casa Civil, Douglas Borba, o novo presidente da Fecam agradeceu pela criação da Central de Atendimento aos Municípios, que fará a interlocução com as 295 prefeituras catarinenses.

Ponticelli reforçou a importância de fortalecer as 21 Associações de Municípios que compõem a Fecam na articulação política regional com o governo.

#### Segurança jurídica

A tabeliã Rosina Duarte Mendonça Deeke, de Tijucas, assumiu a presidência da Associação dos Notários e Registradores (Anoreg-SC). Eleita por aclamação para o período 2019/2020, a nova diretoria quer o aperfeiçoamento da atividade no estado.

Incluindo a segurança jurídica dos atos chancelados por um notário ou registrador, a garantia ao exercício da cidadania, desjudicialização dos processos de divórcio, inventário e usucapião, apoio à desburocratização e combate à lavagem de dinheiro.

[topo](#)

## O FLUMINENSE - RJ - POLÍTICA

### Seja um especialista

#### **Buscar uma pós-graduação é uma forma de atualização profissional**

Uma pós-graduação é, sem dúvida, a porta de entrada para uma nova perspectiva pessoal e profissional. Além do aprimoramento, o curso pode representar um avanço na profissão ou mesmo um caminho para uma nova atividade. Tantas possibilidades podem confundir quem está pensando em ingressar em um desses cursos, por isso, especialistas ensinam como escolher a melhor opção para o seu objetivo.

Uma pós-graduação, por definição, é um curso realizado após a conclusão de alguma graduação, bacharelado ou licenciatura, mas sabemos que existe uma confusão muito grande em relação a esta nomenclatura. A pós-graduação brasileira é dividida em duas grandes modalidades: Cursos Lato Sensu (LS) e Cursos Stricto Sensu (SS), explica Andrea Latgé, pró-reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação da UFF.

“No grupo da pós-graduação LS, os cursos são normalmente separados em três modalidades: Especialização, Master in Business Administration, os famosos MBAs, e a terceira modalidade, que são as residências, voltadas para as áreas da saúde, como a residência médica e a residência em saúde multiprofissional. Em algumas áreas, elas são imprescindíveis para outorgar o direito de um médico atuar, como é o caso da cirurgia e da ginecologia”, destaca Latgé.

Os cursos de especialização e os MBAs podem ser presenciais ou à distância (EAD), e atendem em geral a demandas do mercado de trabalho corporativo, a aplicações em novas técnicas e tecnologias, e até mesmo a especializações acadêmicas, visando a melhoria de diversos tipos profissionais, como é o caso dos cursos de especialização em Ensino de Ciências.

Por outro lado, explica Andrea, a pós-graduação stricto sensu engloba cursos de mestrado, normalmente de duração de 2-3 anos, e de doutorado, de 4 a 5 anos. Ambos os cursos têm um viés bem mais acadêmico e são acompanhados e regulados pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

Fernando Arduini Ayres, diretor-geral da AVM Educacional, acredita que há uma busca por profissionais especializados em áreas integradas, criativos e empreendedores

Foto: Lucas Benevides

“Inicialmente, os cursos de mestrado e de doutorado eram oferecidos apenas na versão acadêmica. No fim dos anos 90, a **Capes** introduziu a modalidade do Mestrado Profissional e, mais recentemente, em 2017, lançou a possibilidade de abertura de doutorados profissionais. Esses cursos profissionais estão mais voltados a um público majoritário externo ao da academia, e normalmente se preocupam com a gestão, produção e aplicação do conhecimento direcionado para a pesquisa aplicada, a solução de problemas, a inovação e aperfeiçoamento tecnológico. É importante destacar que o mestrado profissional tem as mesmas garantias do mestrado acadêmico em relação ao reconhecimento e validade do título a nível nacional”, explica a pró-reitora.

Uma pós também pode ser a porta de entrada para uma nova atuação dentro da área em que se atua, ou mesmo de uma nova profissão, como no caso da química industrial Verônica Ramiro Amorim, de 40 anos, que atualmente também empreende na área de fabricação de brinquedos.

“Depois que meu filho nasceu, muitas lacunas surgiram, e eu não conseguia mais me identificar com a minha escolha profissional. Uma grande amiga me indicou o curso de psicopedagogia. Eu queria viver algo que enchesse meu coração de alegria e que eu pudesse agregar, de alguma forma, a vida de crianças. Foi um divisor de águas, e tem sido o combustível que eu preciso para a minha transição de carreira. Hoje em dia, é imprescindível estar sempre se capacitando, e a pós-graduação traz maior flexibilidade para o profissional. Durante o curso, o aluno tem acesso a novas tecnologias, novas diretrizes e está em constante atualização”, destaca Verônica.

Estão em alta cursos que promovam experiências positivas para os clientes internos e externos. Além dos clássicos MBAs em Gestão de Pessoas, Marketing e finanças, há uma busca por profissionais especializados em áreas integradas, criativos e empreendedores, afirma Fernando Arduini Ayres, diretor-geral da AVM Educacional.



“A lógica do mercado de trabalho sempre estará ligada à inovação e ao desenvolvimento tecnológico, que visam atender os avanços sociais. Nesse sentido, as instituições de ensino superior precisam estar atentas às novas modelagens de profissões para suprir as demandas mercadológicas através dos cursos de especialização, que atendem tanto os profissionais ativos em permanente atualização e troca de experiências, quanto os recém-formados que buscam aprofundar seu conhecimento em uma área específica”, ressalta Arduini.

De pós-graduando, Edison Sanromã virou coordenador de um curso de MBA

Foto: Lucas Benevides

Espera-se o aumento na busca pelos cursos de especialização em Tecnologia Educacional, Gestão de Mídias Sociais, Vendas, e também por áreas específicas como o mercado imobiliário e áreas ligadas à saúde mental e aprendizagem. De acordo com Fernanda, a palavra-chave do momento atual é “conexão”.

“Na hora de escolher uma pós, consulte colegas sobre a atuação na área escolhida, veja as instituições que oferecem o curso, identifique as disciplinas que compõem os currículos. Escolhida a área, se preocupe em procurar uma instituição séria e que tenha experiência na atuação em pós-graduação, considerando a qualidade dos professores, a localização, pois tudo isso fará diferença ao longo do curso”, ensina o diretor.

De pós-graduando a coordenador de um curso de MBA, o empresário Edison da Silva Sanromã, de 44 anos, acredita nas especializações como uma forma de evoluir intelectualmente.

“Iniciei um segundo MBA em projetos, mesmo já sendo coordenador de um em Facilities Management, justamente porque vivi a realidade de ter um escritório de projetos me dando suporte em um dos maiores trabalhos da minha vida, os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016. Contribuiu muito para o aprimoramento de temas não abordados na graduação, mas vividos na prática do trabalho. Acredito que o importante é procurar uma pós-graduação que complete lacunas da nossa educação. Quem realiza esse curso interagindo com os outros alunos e explorando ao máximo os conhecimentos dos professores consegue ir além”, conclui Edison.

topo ↕

## **G1 - TEMPO REAL**

### **Fies e P-Fies: Unifor solicita vagas em 34 cursos para 2019.1**

#### **A Universidade de Fortaleza solicitou vagas para o Fies e P-Fies no semestre 2019.1 em todas as áreas de conhecimento.**

As inscrições podem ser realizadas dos dias 5 a 12 de fevereiro pelo site FIES Seleção. No total, a Unifor solicitou vagas para o Fies e P-Fies em 34 cursos de graduação (Veja a lista abaixo). A quantidade de vagas para o Fies e P-Fies são limitadas pelo Ministério da Educação (MEC).

Os candidatos precisam atender aos requisitos estipulados pelo MEC e verificar o cronograma de inscrição.

#### **Modalidades**

Fies: Para solicitar o candidato deverá ter realizado qualquer edição do Enem a partir de 2010 e ter obtido desempenho de pelo menos 450 pontos na média das provas, sem ter

zerado a redação.

A quem se destina: Estudantes com renda familiar per capita de até três salários-mínimos por pessoa terão taxa zero de juros. O aluno começará a pagar as prestações respeitando o seu limite de renda. A ideia é diminuir os encargos para os estudantes. Além disso, em 2019.1, o financiamento cobrirá de 50% a 100% da mensalidade do curso escolhido. A meta é ajudar o aluno que não possui condições de arcar com o valor integral.

P-Fies: O P-Fies também é um financiamento estudantil, parecido com o Fies do governo federal, em que o empréstimo é feito junto a um banco privado. Basicamente, quem consegue o P-Fies tem condições facilitadas de crédito estudantil para ajudar a pagar o Ensino Superior Privado.

A quem se destina: O programa é destinada a alunos com renda per capita mensal familiar de três até cinco salários-mínimos, o financiamento é feito por condições definidas pelo agente financeiro operador de crédito (Banco do Nordeste). Os resultados serão constituídos apenas de chamada única, de acordo com a ocupação de vagas disponíveis. Além disso, em 2019.1, o financiamento cobrirá 100% da mensalidade do curso escolhido.

ATENÇÃO! A partir deste ano, o P-Fies não utilizará a nota do Enem para realizar a classificação das vagas disponíveis, portanto, conseguirão melhores oportunidades aqueles que primeiro realizarem a inscrição.

#### Inscrições

O aluno deve acessar o Sistema de Seleção do Fies - FiesSeleção, no endereço eletrônico: [fiesselecao.mec.gov.br](http://fiesselecao.mec.gov.br) e clicar em “Primeiro Acesso”. Além dos dados pessoais, será necessário informar os dados dos componentes do grupo familiar e suas respectivas rendas.

#### Cronograma do processo seletivo Fies e P-Fies 1º/2019

Inscrições: 05/02 a 12/02/2019

<http://fies.mec.gov.br>

Resultado: 18/02/2019

Na modalidade Fies, o resultado será constituído de chamada única e de lista de espera.

Na modalidade P-Fies, o resultado será constituído apenas de chama única.

Prazo para conclusão de inscrição na modalidade FIES: 19/02 a 25/02/2019

Resultado da Lista de Espera na modalidade FIES: 20/02 a 31/03/2019

#### Mais informações

(85) 3477.3400 | [fies@unifor.br](mailto:fies@unifor.br)

Central de Atendimento do Ministério da Educação (Fies)

0800.616161 | <http://fiesselecao.mec.gov.br/> | Autoatendimento do MEC

Lista de cursos solicitados pela Unifor no termo de adesão em 2019.1

- Centro de Ciências da Comunicação e Gestão (CCG)

Administração (manhã e noite), Ciências Contábeis (manhã e noite), Ciências Econômicas (noite), Comércio Exterior (noite), Com. Social-Publicidade e Propaganda (manhã), Jornalismo (manhã), Cinema e Audiovisual (noite), Design de Moda (manhã), Eventos (noite) e Marketing (noite)

- Centro de Ciências Jurídicas (CCJ)

Direito (manhã e noite)

- Centro de Ciências da Saúde (CCS)

Educação Física - Bacharelado (manhã), Educação Física-Licenciatura (manhã), Enfermagem (manhã e tarde), Farmácia (manhã), Fisioterapia (integral), Fonoaudiologia (manhã), Medicina Veterinária (integral), Nutrição (manhã e tarde), Odontologia (integral), Psicologia (manhã, tarde e noite) e Estética e Cosmética (manhã)

- Centro de Ciências Tecnológicas (CCT)

Arquitetura e Urbanismo (manhã e tarde), Ciência da Computação (manhã), Engenharia Civil (manhã e noite), Engenharia Ambiental Sanitária (noite), Engenharia de Computação (manhã), Engenharia de Controle e Automação (manhã), Engenharia Elétrica (manhã), Engenharia Eletrônica (noite), Engenharia Mecânica (manhã e noite), Engenharia de Produção (manhã e noite), Análise e Desenvolvimento de Sistemas (noite) e Energias Renováveis (noite)

topo ↕

## G1 - TEMPO REAL

**Com site instável, Sisu 2018 mostra notas de corte parciais antes do prazo definido pelo MEC**

**Notas só deveriam ter sido exibidas depois das 0h de quarta-feira (23) e atualizadas uma vez por dia até o fim das inscrições.**

O Sistema de Seleção Unificada (Sisu) abriu as inscrições nesta terça-feira (22) aos candidatos que desejam disputar uma vaga nas universidades públicas participantes. Ao contrário do previsto, desde a manhã, a página já exibia as notas de corte parciais de cada curso. O site também apresentou dificuldades de acesso e os estudantes criticaram as falhas com memes no Twitter.

O Ministério da Educação (MEC) afirmou que houve "lentidão" devido ao grande número de acessos e que o site está em "normalização". Sobre a divulgação antecipada das notas de corte, o órgão afirmou que está apurando o ocorrido.

Nas redes sociais, estudantes comentavam a oscilação das notas de corte, que devem ser divulgadas uma vez a cada dia somente a partir das 0h de quarta-feira (23), segundo as



regras informadas pelo MEC.

Com base no desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) dos candidatos já inscritos até esse horário, o sistema calcularia o patamar mínimo necessário para a aprovação.

Como funcionam as notas de corte?

O Sisu divulga, uma vez por dia, depois de 24h de inscrição, uma nota de corte parcial para cada modalidade e curso. Ela é uma referência para ajudar o estudante a se inscrever em uma opção na qual realmente tenha chances de aprovação.

Ela é calculada da seguinte forma: supondo que sejam 30 vagas de ampla concorrência no curso de educação física, na universidade X. No primeiro dia, 60 candidatos se inscrevem para essa opção. Entre eles, vão ser aprovados os que tiverem as 30 maiores notas no Enem. Ou seja: a nota de corte será a 30ª mais alta. Exemplo: 642 pontos.

Se, no dia seguinte, alunos com desempenho melhor se inscreverem, esse patamar vai subir. Por isso, é importante ficar atento e selecionar opções em que haja chance real de aprovação. Se a nota do candidato for de 450, dificilmente ele será selecionado em um curso cuja pontuação mínima seja 642. Vale procurar outra opção.

É bom repetir: a nota de corte é só uma referência. Mesmo após a última ser divulgada, na sexta-feira, outros participantes podem se inscrever até o fim do dia - o que muda a nota mínima. Consequentemente, só é possível saber se realmente foi aprovado quando os resultados forem publicados na segunda-feira (28).

topo ↕

## UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

### **Enem 2018: Mulheres são 76% das notas 1000 na redação**

Dos 55 participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2018 que atingiram a nota 1000 na redação, 42 são do sexo feminino e 13, do sexo masculino. Elas representam 72%. No Distrito Federal, no Pará, no Rio Grande do Norte, no Ceará e em Sergipe, por exemplo, somente mulheres atingiram nota 1000 na redação.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) divulgou um levantamento inédito com a origem, o sexo e a idade dos 55 participantes que alcançaram a nota máxima na dissertação.

Do total dos candidatos, 33 são da região Sudeste, sendo 14 de Minas Gerais e 14 do Rio de Janeiro. Há ainda quatro de São Paulo, das cidades de Cotia, Franca, Pederneiras e Rio Claro.

A região Nordeste tem 14 dos melhores textos, com representantes das cidades de Fortaleza (CE), Santa Quitéria (CE), Imperatriz (MA), Guarariba (PB), Teresina (PI), Natal (RN), Ipanguaçu (RN) e Aracaju (SE).

Sisu

As inscrições para o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) começam nesta terça-feira, 22, e vão até as 23h59 da sexta-feira, 25. Para a edição do primeiro semestre de 2019, serão ofertadas 235.476 vagas em 129 instituições de ensino superior de todo o País, segundo o Ministério da Educação (MEC).

O processo seletivo, aplicado desde 2010, é o mecanismo utilizado por universidades públicas para oferecer vagas a estudantes que realizaram o Exame Nacional de Ensino Médio (Enem). Além de ter feito a edição de 2018 do exame, os candidatos precisam ter alcançado nota superior a zero na prova de Redação.

Para a edição do primeiro semestre de 2019, serão ofertadas 235.476 vagas em 129 instituições de ensino superior de todo o País. Saiba aqui tudo sobre o cronograma e inscrições do Sisu 2019.

topo ↕

## **UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL**

### **Nomeação do novo presidente do Inep é publicada no Diário Oficial**

Marcus Vinícius Carvalho Rodrigues foi nomeado hoje (22) presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), autarquia do Ministério da Educação (MEC), que tem como responsabilidade a elaboração do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A nomeação foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) de hoje (22).

Em nota, o Inep informa que o novo presidente participou da transição do governo desde dezembro de 2018 e a partir do início de janeiro atua no instituto na montagem da equipe, e que pretende "melhorar a qualidade, aumentar a confiança e diminuir os custos para que o Inep consolide sua excelência em avaliação, estatísticas e estudos educacionais".

Marcus Vinícius tem 63 anos, é cearense, e já atuou como executivo, consultor organizacional, palestrante e professor em cursos de pós-graduação (MBA, Mestrado e Doutorado). É autor de 11 livros sobre gestão e análise organizacional, qualidade e produtividade, dentre eles Qualidade de Vida no Trabalho e Ações para a Qualidade.

É doutor em Engenharia da Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); mestre em Administração de Empresas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); especialista (MBA) em Formação de Executivos pela Universidade dos Correios; e bacharel em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

### **Inep**

O Inep é responsável por subsidiar a formulação de políticas educacionais federais. Conduz avaliações nacionais, exames e produz indicadores da educação básica e superior. É responsável ainda pela elaboração de estatísticas educacionais, por ações internacionais, além de produção e disseminação de conteúdos de educação.

## **ENFOQUE POPULAR -SC - COLUNISTA**

### **Vocação turística na Academia**

Somente cinco pesquisadores de turismo têm bolsa Nível 1 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E um deles é o catarinense Francisco Antônio dos Anjos, professor e pesquisador da Univali, que conquistou a bolsa com o trabalho Avaliação da Governança de Turismo de Santa Catarina. Sem dúvida um feito, especialmente porque, hoje, não chega a 1% de PIB brasileiro o investimento em pesquisa científica, o que afunila ainda mais as possibilidades de uma área tão específica ganhar espaço.

O currículo de Dos Anjos também pesou na escolha do CNPq. Além de um trabalho de mais de quinze anos voltados à percepção dos hiatos técnicos dentro das ações governamentais no trade turístico catarinense, ele foi fundador e coordenador do primeiro doutorado do Brasil em Turismo e Hotelaria, que mantém, desde 2013 quando foi criado, a melhor nota do Brasil na avaliação da **CAPES/MEC**.

topo ↕

## **FOLHA DA CIDADE - COTIDIANO**

### **Inscrições abertas para Pós em Educação Escolar, em Araraquara**

O Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar (PPGEE) da Faculdade de Ciências e Letras (FCL) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), câmpus de Araraquara, abre seu processo seletivo para 2019 no período que vai de 28 de janeiro a 08 de fevereiro. Ao todo são 50 vagas, 29 para Mestrado e 21 para Doutorado, oferecidas por 26 orientadores que fazem parte do programa.

O PPGEE foi criado em 1997 e tem como objetivo formar profissionais qualificados para atuar como pesquisadores, docentes, gestores e técnicos em todas as esferas de alcance do Sistema Escolar Brasileiro, oferecendo uma sólida estrutura curricular assentada em estudos e pesquisas de seus docentes. São 5 Linhas de Pesquisa: Sexualidade, cultura e educação sexual; Formação do professor, trabalho docente e práticas pedagógicas; Teorias pedagógicas, trabalho educativo e sociedade; Estudos históricos, filosóficos e antropológicos sobre escola e cultura; Política e gestão educacional.

Segundo a avaliação da **Capes** 2013-2016, o PPGEE recebeu o conceito 5. O Coordenador do Programa, José Luís Bizelli, observa: "A última avaliação da **Capes** foi muito positiva e ressaltou que o programa apresenta um corpo docente muito qualificado, exercendo forte e importante influência na educação do estado de São Paulo e do Brasil. Outros aspectos relevantes mencionados foram: a infraestrutura do programa, a definição clara de nossa proposta e a produção e envolvimento do corpo discente."

Silvio Fiscareili, coordenador do Processo seletivo de 2019, chama a atenção para singularidades deste processo: "Pela primeira vez a seleção acontecerá em três fases. A primeira, eliminatória, será a prova escrita de proficiência em língua estrangeira. A segunda fase também é eliminatória e consistirá em análise objetiva do Currículo Lattes do candidato e em prova presencial de conhecimentos específicos. Finalmente, haverá a análise do projeto do candidato e a entrevista."

topo ↕

## **AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL**

### **Sisu abre nesta terça-feira, com 235 mil vagas em 129 instituições**

### **Quem fez o Enem 2018 e não zerou a redação poderá escolher até duas opções de vagas**

RIO - O período de inscrições no Sistema de Seleção Unificada (Sisu) abre nesta terça-feira, dia 22, com a oferta de 235.476 vagas em 129 instituições de ensino superior. As inscrições serão feitas exclusivamente pela internet, por meio da página do Sisu, e ficarão abertas de 22 a 25 de janeiro. A classificação final será divulgada no dia 28 (Veja abaixo o calendário).

Quem fez o Enem 2018 e não zerou a redação poderá escolher até duas opções de vagas, colocando-as em ordem preferênci. Ele deverá indicar o curso, a instituição de



educação pleiteada, o local de oferta, o turno e a modalidade de concorrência.

A cada dia do período de inscrição, o sistema se encerra e abre na manhã seguinte mostrando a classificação dos candidatos aos cursos pretendidos. Se o candidato já estiver fora, poderá concorrer em outra opção até as 23h59 do dia 25. Quem conseguir a vaga deverá se matricular na instituição entre os dias 30 de janeiro e 4 de fevereiro.

Anunciado em 2009, o Sisu começou a funcionar no ano seguinte, com 51 instituições ofertando um total de 47.913 vagas. A partir daí, teve adesão crescente, estabilizando-se a partir de 2016 numa média de 130 instituições e 235 mil vagas disponíveis no início de cada ano.

Na edição deste ano, o Sisu apresenta uma mudança importante: o candidato que for selecionado na chamada regular, seja para sua primeira ou para sua segunda opção, não poderá mais participar da lista de espera. Apenas aqueles que não passarem em nenhuma de suas escolhas poderão se candidatar à re Chamada, em uma das duas opções que haviam selecionado.

A mudança na regra da lista de espera tem como objetivo reduzir o número de desistências e de vagas ociosas — candidatos que eram selecionados para sua segunda opção inscreviam-se em lista de espera da primeira opção e, se passassem, abriam mão da vaga anterior.

Segundo o professor Vitor Israel, coordenador de matemática e diretor de operações do Colégio Cubo, com a mudança, o número de reclassificações deve cair.

— Isso (a alteração na lista de espera) muda a estratégia do candidato. Ele vai precisar pensar se realmente quer a segunda opção, porque ela pode inibir as chances da primeira.

Confira abaixo algumas curiosidades do Sisu, de acordo com dados obtidos nos dez anos de existência do sistema.

[topo](#)

## **CORREIO DO ESTADO - MS - ÚLTIMAS NOTÍCIAS**

### **Economista é indicado para assumir diretoria**

O Ministério da Educação (MEC) indicou Paulo César Teixeira, economista e administrador, para assumir a Diretoria de Avaliação do Ensino Básico (Daeb) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), área responsável pela elaboração do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

O nome de Teixeira foi aprovado nesta segunda, 21, pelo ministro Ricardo Vélez Rodríguez, após recuo na indicação de Murilo Resende para a vaga.

Professor da PUC-Rio nos cursos de graduação e pós-graduação em Administração, Teixeira é uma indicação de Marcus Vinicius Rodrigues, que deve assumir a presidência do Inep. A avaliação é de que ele tem boa capacidade de gestão para atuar na diretoria. Além de professor, Teixeira trabalhou em cargos de direção de grandes empresas.

Na quinta-feira, 17, o governo Jair Bolsonaro tornou sem efeito a nomeação de Resende para o Daeb, que havia sido feita um dia antes, e o nomeou para o cargo de assessor da Secretaria de Educação Superior do MEC. Em nota, o ministério disse que ele vai atuar em um grupo especial de trabalho que "ajudará no acompanhamento, análise e

direcionamento do Enem".

Em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo, Rodrigues disse que a nomeação de Resende para a diretoria do Inep foi um erro por se tratar de um cargo em que é preciso lidar com a gestão de processos e pessoas. Para ele, Resende é um "pensador" e pode contribuir mais como assessor.

Resende havia sido indicado pela ala do ministério ligada a Olavo de Carvalho e teve o nome aprovado por pessoas ligadas ao movimento Escola Sem Partido.

Em uma audiência pública no Ministério Público Federal, em 2016, sobre "Doutrinação Político-Partidária no Sistema de Ensino" ele afirmou que professores brasileiros são desqualificados e manipuladores, que tentam roubar o poder da família praticando a "ideologia de gênero".

No dia em que foi indicado para assumir, teve o nome questionado por educadores e fundações educacionais que, além de manifestarem preocupação com as posições educacionais do indicado, também apontaram a falta de experiência em educação.

topo ↕

## G1 - TEMPO REAL

**Site do Sisu 2019 apresenta lentidão; veja memes sobre problemas na inscrição**  
**Candidatos têm dificuldade para carregar página com opções de cursos e de universidades participantes. Conseqüentemente, não podem concluir a inscrição.**

Candidatos do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) relatam lentidão no site e dificuldade para fazer as inscrições, abertas nesta terça-feira (22). Por meio da nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), estudantes disputam 235.461 vagas em 129 instituições públicas de ensino. Eles têm até sexta-feira (25) para participar.

No Twitter, usuários reclamam que, após digitar o login e a senha, não conseguem acessar a página com as opções de cursos e de universidades participantes do Sisu. Sem isso, não é possível se inscrever.

O G1 questionou o Ministério da Educação (MEC) sobre a previsão de normalização do site, mas ainda não recebeu retorno.

topo ↕

## G1 - TEMPO REAL

**Unifap oferta 580 vagas para especializações à distância em educação, saúde e igualdade racial**

A Universidade Federal do Amapá (Unifap) divulgou editais para 580 vagas em três cursos de especialização na modalidade de Ensino à Distância (EaD). Os conteúdos são para "mídias em educação", "gestão em saúde" e "políticas de promoção de igualdade racial". As inscrições gratuitas ocorrem entre quinta-feira (24) e o dia 31 de janeiro.

Cada curso tem pré-requisitos específicos, mas todos exigem a graduação em ensino superior. As vagas são para os municípios de Macapá, Santana e Vitória do Jari.

O aluno poderá assistir as aulas de casa, mas terá que comparecer em dois encontros presenciais nos pólos da Universidade Aberta do Brasil (UAB) de cada município (veja os endereços no final desta matéria).

Para fazer a inscrição em qualquer o interessado deve acessar o site do Departamento de Educação a Distância (Dead) da Unifap, preencher a ficha de cadastro e enviar, em formato de PDF, a ficha para o e-mail "[pss.ead2019@gmail.com](mailto:pss.ead2019@gmail.com)". Além disso, terá que anexar documentos que atestem os pré-requisitos exigidos.

Os processos seletivos terão duas fases: prova de títulos e carta de motivação. Os melhores pontuados na soma das duas etapas serão selecionados. A tabela com a pontuação de cada título acadêmico e dos aspectos a serem avaliados na carta de intenção está nos editais.

O resultado final da seleção dos três cursos será divulgado em 28 de fevereiro no site do departamento ([www2.unifap.br/ead/processo-seletivo](http://www2.unifap.br/ead/processo-seletivo)).

Confira o número de vagas, locais de aula presencial e pré-requisitos

Curso: mídias em educação

Vagas para Macapá: 100

Local das aulas presenciais: Escola Estadual Professor Gabriel Almeida Café (Avenida FAB, Nº 09, bairro Central)

Vagas para Santana: 100

Local das aulas presenciais: pólo UAB Santana (Avenida Antônio Nunes, Nº 1206, bairro Nova Brasília)

Vagas para Vitória do Jari: 80

Local das aulas presenciais: pólo UAB Vitória do Jari (Avenida José Sarney, S/N, bairro Cidade Livre)

Pré-requisito: ser professor ou técnico de escolas públicas e privadas formado em qualquer graduação.

Curso: gestão em saúde

Vagas para Macapá: 70 vagas

Local das aulas presenciais: Escola Estadual Professor Gabriel Almeida Café (Avenida FAB, Nº 09, bairro Central)

Vagas para Santana: 40 vagas

Local das aulas presenciais: pólo UAB Santana (Avenida Antônio Nunes, Nº 1206, bairro Nova Brasília)

Vagas para Vitória do Jari: 40 vagas

Local das aulas presenciais: pólo UAB Vitória do Jari (Avenida José Sarney, S/N, bairro Cidade Livre)

Pré-requisito: ser profissional graduado da área da saúde que ainda não tenha pós-graduação.

Curso: políticas de promoção de igualdade racial

Vagas para Macapá: 80 vagas

Local das aulas presenciais: Escola Estadual Professor Gabriel Almeida Café (Avenida FAB, Nº 09, bairro Central)

Vagas para Santana: 70 vagas

Local das aulas presenciais: pólo UAB Santana (Avenida Antônio Nunes, Nº 1206, bairro Nova Brasília)



Pré-requisito: ser professor de escola pública formado em qualquer licenciatura.

topo ↕

## **JORNAL DO COMÉRCIO - RS - ÚLTIMAS**

### **Economista é indicado para assumir diretoria**

O Ministério da Educação (MEC) indicou Paulo César Teixeira, economista e administrador, para assumir a Diretoria de Avaliação do Ensino Básico (Daeb) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), área responsável pela elaboração do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

O nome de Teixeira foi aprovado nesta segunda, 21, pelo ministro Ricardo Vélez Rodríguez, após recuo na indicação de Murilo Resende para a vaga.

Professor da PUC-Rio nos cursos de graduação e pós-graduação em Administração, Teixeira é uma indicação de Marcus Vinicius Rodrigues, que deve assumir a presidência do Inep. A avaliação é de que ele tem boa capacidade de gestão para atuar na diretoria. Além de professor, Teixeira trabalhou em cargos de direção de grandes empresas.

Na quinta-feira, 17, o governo Jair Bolsonaro tornou sem efeito a nomeação de Resende para o Daeb, que havia sido feita um dia antes, e o nomeou para o cargo de assessor da Secretaria de Educação Superior do MEC. Em nota, o ministério disse que ele vai atuar em um grupo especial de trabalho que "ajudará no acompanhamento, análise e direcionamento do Enem".

Em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo, Rodrigues disse que a nomeação de Resende para a diretoria do Inep foi um erro por se tratar de um cargo em que é preciso lidar com a gestão de processos e pessoas. Para ele, Resende é um "pensador" e pode contribuir mais como assessor.

Resende havia sido indicado pela ala do ministério ligada a Olavo de Carvalho e teve o nome aprovado por pessoas ligadas ao movimento Escola Sem Partido.

Em uma audiência pública no Ministério Público Federal, em 2016, sobre "Doutrinação Político-Partidária no Sistema de Ensino" ele afirmou que professores brasileiros são desqualificados e manipuladores, que tentam roubar o poder da família praticando a "ideologia de gênero".

No dia em que foi indicado para assumir, teve o nome questionado por educadores e fundações educacionais que, além de manifestarem preocupação com as posições educacionais do indicado, também apontaram a falta de experiência em educação.

topo ↕

## **METRÓPOLES - TEMPO REAL**

### **Instituto Nacional de Educação de Surdos abre seleção para 220 tutores**

#### **Os profissionais atuarão no curso de graduação em pedagogia. O valor da bolsa para os contemplados é de R\$ 765**

O Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines) anunciou processo seletivo para preencher 220 vagas de tutor, ou professor mediador. Os profissionais atuarão no curso de graduação em pedagogia na modalidade ensino à distância (EAD). O valor da bolsa para os contemplados é de R\$ 765 mensais.

O polo da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), por meio da Secretaria de Educação a Distância (SEAD), ofertará 14 vagas na Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (EFLCH/Unifesp), campus Guarulhos, em São Paulo. A inscrição pode ser feita somente nos dias 4 e 5 de fevereiro. Para se candidatar, é necessário possuir licenciatura ou bacharelado em qualquer área do conhecimento e ter experiência mínima de um ano no magistério da educação básica ou superior.

A licenciatura em pedagogia (modalidade EAD) do Ines é voltada à formação de professores e gestores educacionais, surdos e ouvintes, em uma perspectiva bilíngue (Libras/língua portuguesa) e intercultural, para atuar na área da docência (educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental) e na gestão de espaços educativos formais e não formais.

## Curso

O curso é ofertado a partir de parcerias com instituições de ensino superior que sediam os polos de apoio presencial nas cinco macrorregiões do Brasil. Vale lembrar que as inscrições acontecem em diferentes períodos, conforme o local onde os profissionais admitidos vão atuar. Há vagas disponibilizadas, por exemplo, pelas universidades federais da Bahia (UFBA), do Rio Grande do Sul (UFRGS) e de Lavras (UFLA).

Os perfis selecionados serão convocados a partir da demanda de cada polo, sempre que houver vagas disponíveis, respeitando-se a classificação final, com previsão de início a partir de 16 de fevereiro de 2019. Os tutores devem ter a disponibilidade para prestar tutoria presencial e virtual, com horário a combinar com a coordenação dos respectivos polos de apoio presencial, de segunda a domingo, totalizando a carga horária de 20 horas semanais.

topo ↕

## **PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL**

### **Sisu abre inscrições para mais de 235 mil vagas**

Começam hoje (22) as inscrições do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que vão até sexta-feira (25), na internet. Ao todo, serão ofertadas 235.461 vagas, em 129 instituições públicas de todo o país.

Podem concorrer às vagas os estudantes que fizeram o Enem 2018 e obtiveram nota acima de zero na prova de redação. Os candidatos poderão se inscrever no processo seletivo em até duas opções de vaga, especificando, em ordem de preferência, as suas opções em instituição de educação superior participante, com local de oferta, curso e turno, e a modalidade de concorrência.

O resultado será divulgado no dia 28 de janeiro. A matrícula dos selecionados deve ser feita do dia 30 de janeiro a 4 de fevereiro.

Do dia 28 ao dia 4 de fevereiro, os estudantes que não foram selecionados na chamada regular, em nenhuma das opções, podem manifestar o interesse em participar da lista de espera. Esses alunos serão convocados pelas próprias instituições de ensino a partir do dia 7 de fevereiro.

A principal novidade deste ano é que os estudantes que forem selecionados em qualquer uma das duas opções não poderão participar da lista de espera. Até o ano passado, aqueles que eram selecionados na segunda opção podiam ainda participar da lista e ter a chance de ser escolhido na primeira opção.

## Nota de corte

Uma vez por dia, o sistema do Sisu divulga as notas de corte de cada um dos cursos disponíveis. Trata-se de uma estimativa com base nos candidatos inscritos até o

momento. Embora não seja uma garantia da vaga, é possível usar a informação para orientar a escolha.

Durante o período de inscrição no Sisu, o candidato pode consultar, em seu boletim, a classificação parcial na opção de curso escolhido. A classificação parcial é calculada a partir das notas dos candidatos inscritos na mesma opção. Trata-se, assim como a nota de corte, de uma referência e não de uma garantia de vaga.

Durante o período de inscrição, o candidato pode modificar a opção de curso quantas vezes quiser. Será considerada no processo seletivo a última opção confirmada pelo estudante.

## Aplicativo

Os candidatos podem acompanhar a inscrição pela internet, no site do Sisu, ou pelo aplicativo do sistema de seleção. Pelo app, é possível ter acesso às classificações parciais e notas de corte, ver o resultado final e a lista de aprovados.

Para ter acesso a resultados de edições passadas do Sisu e comparar a própria nota com as notas de corte anteriores, os estudantes podem acessar, gratuitamente, um simulador, desenvolvido pelo Ministério da Educação (MEC).

Ao entrar na página do simulador, o estudante coloca suas notas das disciplinas de ciências da natureza, ciências humanas, linguagem, matemática e redação de qualquer das edições do Enem que tenha participado. Depois, marca a alternativa “ampla concorrência” ou “lei de cotas” e, se desejar, usa os filtros disponíveis.

topo ↕

## PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

### Sisu 2019: cronograma, inscrições e tudo o que é preciso saber

As inscrições para o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) começam nesta terça-feira, 22, e vão até as 23h59 da sexta-feira, 25. Para a edição do primeiro semestre de 2019, serão ofertadas 235.476 vagas em 129 instituições de ensino superior de todo o País, segundo o Ministério da Educação (MEC).

O processo seletivo, aplicado desde 2010, é o mecanismo utilizado por universidades públicas para oferecer vagas a estudantes que realizaram o Exame Nacional de Ensino Médio (Enem). Além de ter feito a edição de 2018 do exame, os candidatos precisam ter alcançado nota superior a zero na prova de Redação.

O resultado do Enem foi divulgado na última sexta-feira, 18. Às 8 horas desta segunda-feira, 21, o número de acessos na Página do Participante superou 3 milhões, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Além do Sisu, as notas do Enem podem ser usadas para o Programa Universidade para Todos (ProUni) e para a inscrição em universidades de Portugal.

Os interessados em participar do Sisu 2019 devem se inscrever pelo site do programa e podem escolher até duas opções de curso. É permitido alterar a escolha durante o período de inscrições. A ordem de preferência de instituição, local de oferta, curso, turno e modalidade de concorrência deve ser especificada.



No dia 28, será divulgado o resultado da chamada regular e as matrículas serão entre os dias 30 de janeiro e 4 de fevereiro.

Entre os dias 28 de janeiro e 4 de fevereiro, será possível se inscrever para a lista de espera. A convocação dos candidatos será realizada a partir de 7 de fevereiro.

## SIMULADOR

Neste ano, o MEC lançou o simulador de notas para o Sisu, uma ferramenta que o candidato pode usar para verificar, com base nas notas que tirou no Enem, em quais universidades seria aprovado e quais as opções disponíveis para a sua pontuação.

O simulador está disponível para download e pode ser usado para facilitar a escolha da universidade e do curso que o aluno pretende concorrer.

## PROUNI

A partir do dia 29, começam as inscrições para o Programa Universidade para Todos (ProUni), que oferece bolsas de estudo integrais e parciais em instituições de ensino superior privadas. Os interessados devem se inscrever até as 23h59 do dia 1º de fevereiro.

O processo seletivo é voltado para estudantes egressos do ensino médio na rede pública ou de escolas particulares caso tenham sido bolsistas integrais, pessoas com deficiência e professores da rede pública. O candidato também precisa ter renda familiar per capita de até três salários mínimos. Para participar do ProUni, o candidato não pode ter diploma de ensino superior.

A seleção é para o primeiro semestre de 2019 e as inscrições devem ser feitas pelo site do programa do MEC.

## PORTUGAL

Os resultados do Enem também podem ser utilizados em instituições de ensino superior de Portugal. Segundo o Inep, já foram firmados convênios com 37 instituições, entre elas as universidades de Coimbra, de Lisboa e do Porto.

O convênio mais recente foi realizado com a Universidade Europeia, que oferece cursos nas áreas de Gestão, Direito, Psicologia, Comunicação e, de acordo com o instituto, um de seus destaques é a formação na área de Gestão Hoteleira e Turismo.

Um levantamento do Inep, considerando 23 instituições portuguesas e dados até abril de 2018, aponta que 1.200 brasileiros já ingressaram em faculdades de Portugal por meio desses convênios.

## SISU 2019

Qual o período de inscrição para o Sisu 2019?

De 22 a 25 de janeiro.

Quando o resultado do Sisu será divulgado?

No dia 28 de janeiro.

Qual será o período de matrícula do Sisu?

Entre os dias 30 de janeiro e 4 de fevereiro.

Quando será possível se inscrever para a lista de espera do Sisu 2019?

Entre os dias 28 de janeiro e 4 de fevereiro e a convocação dos candidatos será realizada a partir de 7 de fevereiro.

Qual a diferença entre Sisu e ProUni?

O Sisu é o sistema informatizado, gerenciado pelo MEC, por meio do qual as instituições públicas de educação superior participantes selecionam novos estudantes exclusivamente pela nota do Enem. O ProUni oferece bolsas de estudos em instituições privadas de educação superior e tem como foco estudantes brasileiros sem diploma de nível superior e com renda de até três salários mínimos

topo ↕

## **PORTAL VEJA - TEMPO REAL**

**Sisu abre inscrições para 235 mil vagas nesta terça-feira**

**Prazo para candidaturas vai até sexta-feira; notas de corte serão divulgadas diariamente e vestibulandos poderão acompanhá-las por meio de aplicativo**

Começam nesta terça-feira 22 as inscrições do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que vão até sexta-feira, no site do sistema na internet. Ao todo, serão ofertadas 235.461 vagas, em 129 instituições públicas de todo o país.

Podem concorrer às vagas os estudantes que fizeram o Enem 2018 e obtiveram nota acima de zero na prova de redação. Os candidatos poderão se inscrever no processo seletivo em até duas opções de vaga, especificando, em ordem de preferência, as suas opções em instituição de educação superior participante, com local de oferta, curso e turno, e a modalidade de concorrência.

O resultado será divulgado no dia 28 de janeiro. A matrícula dos selecionados deve ser feita do dia 30 de janeiro a 4 de fevereiro.

Do dia 28 ao dia 4 de fevereiro, os estudantes que não foram selecionados na chamada regular, em nenhuma das opções, podem manifestar o interesse em participar da lista de espera. Esses alunos serão convocados pelas próprias instituições de ensino a partir do dia 7 de fevereiro.

A principal novidade deste ano é que os estudantes que forem selecionados em qualquer uma das duas opções não poderão participar da lista de espera. Até o ano passado, aqueles que eram selecionados na segunda opção podiam ainda participar da lista e ter a chance de ser escolhido na primeira opção.

Nota de corte

Uma vez por dia, o sistema do Sisu divulga as notas de corte de cada um dos cursos disponíveis. Trata-se de uma estimativa com base nos candidatos inscritos até o momento. Embora não seja uma garantia da vaga, é possível usar a informação para orientar a escolha.

Durante o período de inscrição no Sisu, o candidato pode consultar, em seu boletim, a classificação parcial na opção de curso escolhido. A classificação parcial é calculada a partir das notas dos candidatos inscritos na mesma opção. Trata-se, assim como a nota de corte, de uma referência e não de uma garantia de vaga.

Durante o período de inscrição, o candidato pode modificar a opção de curso quantas vezes quiser. Será considerada no processo seletivo a última opção confirmada pelo estudante.

Aplicativo

Os candidatos podem acompanhar a inscrição pela internet, no site do Sisu, ou pelo aplicativo do sistema de seleção. Pelo app, é possível ter acesso às classificações parciais e notas de corte, ver o resultado final e a lista de aprovados. O programa está disponível para download para Android e iOS.

Para ter acesso a resultados de edições passadas do Sisu e comparar a própria nota com as notas de corte anteriores, os estudantes podem acessar, gratuitamente, um simulador, desenvolvido pelo Ministério da Educação (MEC).

Ao entrar na página do simulador, o estudante coloca suas notas das disciplinas de ciências da natureza, ciências humanas, linguagem, matemática e redação de qualquer das edições do Enem que tenha participado. Depois, marca a alternativa “ampla concorrência” ou “lei de cotas” e, se desejar, usa os filtros disponíveis.

topo ↕

## **R7 - TEMPO REAL**

### **Sisu 2019 abre inscrições nesta terça-feira (22)**

#### **Para a edição do primeiro semestre de 2019, serão ofertadas 235.476 vagas em 129 instituições de ensino superior de todo o País**

As inscrições para a edição do primeiro semestre desse ano para o SISU (Sistema de Seleção Unificada) estão abertas desde a madrugada desta terça-feira (22). Nesta edição, segundo o MEC (Ministério da Educação), serão oferecidas 235.461 vagas em 129 instituições de todo o país.

Podem participar os candidatos que fizeram o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em 2018 e não tiraram nota zero na prova de redação. As inscrições devem ser feitas na página do Sisu.

Algumas mudanças estão previstas para a edição do primeiro semestre desse ano. O candidato selecionado na chamada regular, em 1ª ou 2ª opção, não poderá participar da lista de espera. O candidato não selecionado na chamada regular poderá recolher, para a lista de espera, a 1ª ou 2ª opção informada no período de inscrição.

O processo seletivo, aplicado desde 2010, é o mecanismo utilizado por universidades públicas para oferecer vagas a estudantes que realizaram o Enem (Exame Nacional de Ensino Médio). Além de ter feito a edição de 2018 do exame, os candidatos precisam ter alcançado nota superior a zero na prova de Redação.

O resultado do Enem foi divulgado na última sexta-feira, 18. Às 8 horas desta segunda-feira, 21, o número de acessos na Página do Participante superou 3 milhões, segundo o



Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Além do Sisu, as notas do Enem podem ser usadas para o Programa Universidade para Todos (ProUni) e para a inscrição em universidades de Portugal.

Os interessados em participar do Sisu 2019 devem se inscrever pelo site do programa e podem escolher até duas opções de curso. É permitido alterar a escolha durante o período de inscrições. A ordem de preferência de instituição, local de oferta, curso, turno e modalidade de concorrência deve ser especificada.

No dia 28, será divulgado o resultado da chamada regular e as matrículas serão entre os dias 30 de janeiro e 4 de fevereiro.

Entre os dias 28 de janeiro e 4 de fevereiro, será possível se inscrever para a lista de espera. A convocação dos candidatos será realizada a partir de 7 de fevereiro.

## Simulador

Neste ano, o MEC lançou o simulador de notas para o Sisu, uma ferramenta que o candidato pode usar para verificar, com base nas notas que tirou no Enem, em quais universidades seria aprovado e quais as opções disponíveis para a sua pontuação.

O simulador está disponível para download e pode ser usado para facilitar a escolha da universidade e do curso que o aluno pretende concorrer.

## PROUNI

A partir do dia 29, começam as inscrições para o Programa Universidade para Todos (ProUni), que oferece bolsas de estudo integrais e parciais em instituições de ensino superior privadas. Os interessados devem se inscrever até as 23h59 do dia 1º de fevereiro.

O processo seletivo é voltado para estudantes egressos do ensino médio na rede pública ou de escolas particulares caso tenham sido bolsistas integrais, pessoas com deficiência e professores da rede pública. O candidato também precisa ter renda familiar per capita de até três salários mínimos. Para participar do ProUni, o candidato não pode ter diploma de ensino superior.

A seleção é para o primeiro semestre de 2019 e as inscrições devem ser feitas pelo site do programa do MEC.

## PORTUGAL

Os resultados do Enem também podem ser utilizados em instituições de ensino superior de Portugal. Segundo o Inep, já foram firmados convênios com 37 instituições, entre elas as universidades de Coimbra, de Lisboa e do Porto.

O convênio mais recente foi realizado com a Universidade Europeia, que oferece cursos nas áreas de Gestão, Direito, Psicologia, Comunicação e, de acordo com o instituto, um de seus destaques é a formação na área de Gestão Hoteleira e Turismo.

Um levantamento do Inep, considerando 23 instituições portuguesas e dados até abril de 2018, aponta que 1.200 brasileiros já ingressaram em faculdades de Portugal por meio

desses convênios.

SISU 2019

Qual o período de inscrição para o Sisu 2019?

De 22 a 25 de janeiro.

Quando o resultado do Sisu será divulgado?

No dia 28 de janeiro.

Qual será o período de matrícula do Sisu?

Entre os dias 30 de janeiro e 4 de fevereiro.

Quando será possível se inscrever para a lista de espera do Sisu 2019?

Entre os dias 28 de janeiro e 4 de fevereiro e a convocação dos candidatos será realizada a partir de 7 de fevereiro.

Qual a diferença entre Sisu e ProUni?

O Sisu é o sistema informatizado, gerenciado pelo MEC, por meio do qual as instituições públicas de educação superior participantes selecionam novos estudantes exclusivamente pela nota do Enem. O ProUni oferece bolsas de estudos em instituições privadas de educação superior e tem como foco estudantes brasileiros sem diploma de nível superior e com renda de até três salários mínimos